



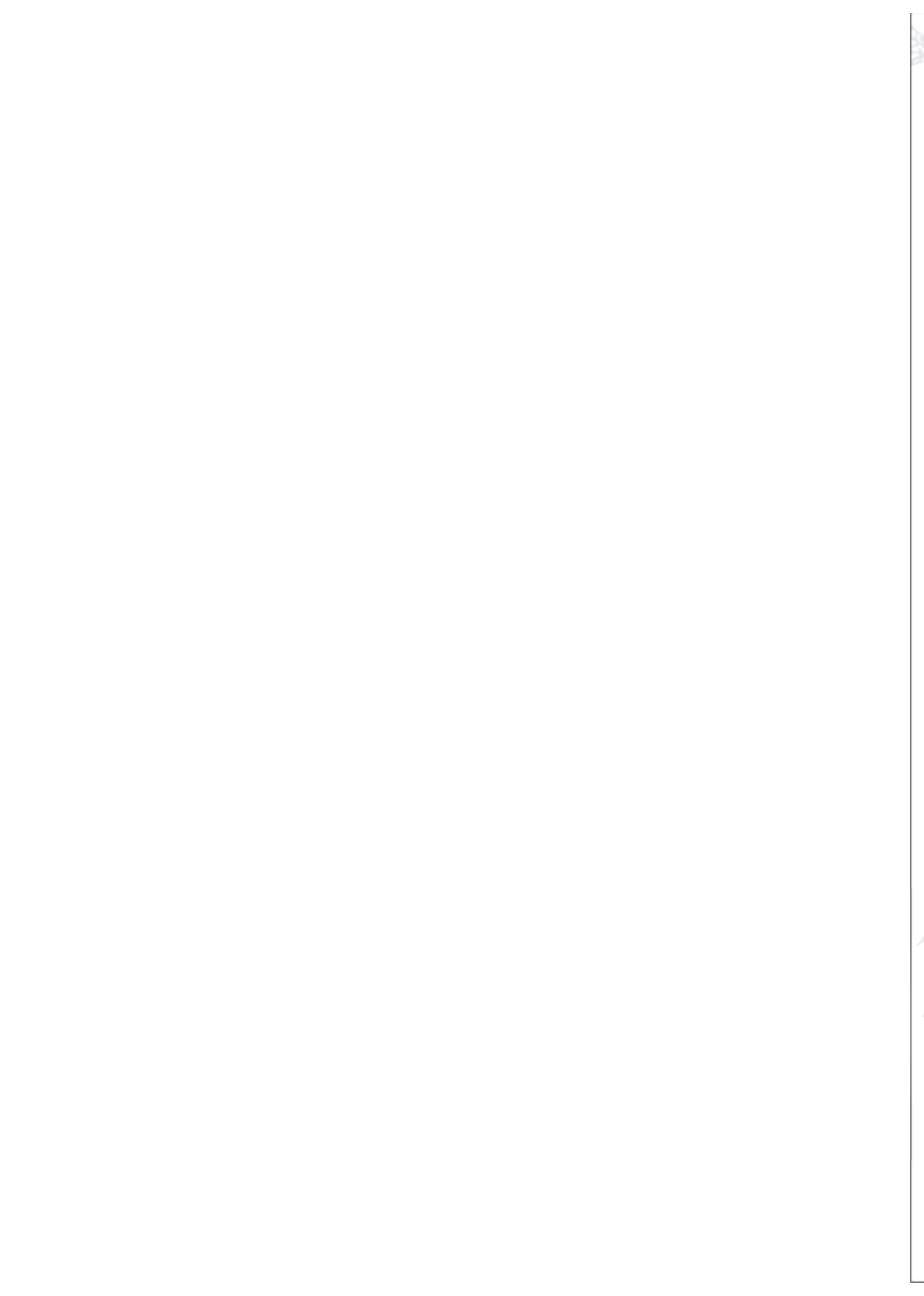
CEFET/RJ - CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO
TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA

;



PDI

**Plano de Desenvolvimento
2010-2014
Institucional**





CEFET/RJ - CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO
TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA

;



PDI

**Plano de Desenvolvimento
2010-2014
Institucional**

Rio de Janeiro
2010

CEFET/RJ

Diretor-Geral

Miguel Badenes Prades Filho

Vice-Diretor

Carlos Henrique Figueiredo Alves

Diretor de Ensino

Maurício Saldanha Motta

Diretor de Pesquisa e Pós-Graduação

Pedro Manuel Calas Lopes Pacheco

Diretor de Extensão

Nilton da Costa Silva

Diretor de Administração e Planejamento

Fernando Neves Pereira

Diretora de Gestão Estratégica

Carmen Perrotta

Diretor da UnED Nova Iguaçu

Luciano Santos Constantin Raptopoulos

Diretor da UnED Maria da Graça

Sérgio de Mello Teixeira

Diretor da UnED Petrópolis

Paulo Cesar Bittencourt

Diretor da UnED Nova Friburgo

Fernanda Rosa dos Santos

Diretor da UnED Itaguaí

Luiz Diniz Corrêa

Gerente da Expansão de Angra dos Reis

Haroldo Pereira Gomes

Gestor do Núcleo Avançado de Valença

Arnaldo Amandio de Lima Costa

COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL – PDI

Portaria nº 543, de 30 de setembro de 2009

Carmen Perrotta – Presidente

Maurício Saldanha Motta

Pedro Manuel Calas Lopes Pacheco

Nilton da Costa Silva

Fernando Neves Pereira

Carlos Henrique Figueiredo Alves

Luciano Santos Constantin Raptopoulos

Sergio de Mello Teixeira

Paulo Cesar Bittencourt *

Fernanda Rosa dos Santos

Luiz Diniz Corrêa

Colaboraram:

Cristina Gomes de Souza (DIPPG)

Luís Felipe Guimarães de Souza (DIPPG)

Helio Vargas Chaves de Souza (DIREX)

Zilda Maria Lemos da Silva Pinto (DIRAP)

Catia Regina Sales Canellas Soares (DIRAP)

Carlos Augusto Freitas Maciel (DIGES)

Manuel Joaquim de Castro Lourenço (DIREN)

Wellerson Fernandes Kneipp (UnED Petrópolis)

Humberto Nogueira Farneze (UnED Itaguaí)

* Após participar das três reuniões ordinárias iniciais, solicitou afastamento como membro da Comissão (Memorando 37/2009/D, de 02.12.2009, encaminhado à Presidente e protocolado na mesma data), comunicando, ainda, que a UnED Petrópolis, sob a sua Direção, prosseguiria normalmente o processo de discussão.

Programação Visual

Divisão de Programação Visual

Layout e Arte Final

Isabela Menezes

Fernando Bracet

Capa

Trabalho de interferência gráfica utilizando logo do PDI e jardim interno da Unidade-Sede do CEFET/RJ.

Impressão

Setor Gráfico do CEFET/RJ

Ficha catalográfica elaborada pela biblioteca do CEFET/RJ

C 397 Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca
Diretoria de Gestão Estratégica (DIGES)

Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI 2010/2014 / CEFET/RJ.
Rio de Janeiro : CEFET, RJ, 2010.
80 f. : il., tabs.

1. CEFET/RJ – Desenvolvimento Institucional - Implantação
2. Desenvolvimento organizacional I. Título.

CDD 370

Sumário

APRESENTAÇÃO	5
1. Perfil Institucional	6
1.1. Finalidade e objetivos	7
1.2. Missão	7
1.3. Histórico e áreas de atuação	8
1.4. Filosofia, princípios e valores	10
1.5. Estrutura organizacional e instâncias de decisão	11
1.6. Responsabilidade social e desenvolvimento da região e do país	13
2. Plano de Desenvolvimento	16
2.1. Sustentação do projeto institucional de transformação do Centro em Universidade Tecnológica	17
2.2. Consolidação da atuação institucional em Sistema Multicampi	20
2.3. Ampliação, aperfeiçoamento e sustentabilidade das atividades acadêmicas de ensino, pesquisa e extensão	24
Atividades de ensino	24
Atividades de pesquisa e ensino de pós-graduação	36
Atividades de extensão	49
2.4. Implantação de políticas de organização e gestão de pessoal	54
2.5. Investimento em melhoria de infraestrutura física	60
2.6. Desenvolvimento de atividades de TIC e comunicação social	67
2.7. Democratização do planejamento, gestão e avaliação institucional	69
3. Implantação, Acompanhamento e Avaliação do Plano	72
Anexo I	74
Organograma	



Apresentação

Este Plano de Desenvolvimento Institucional do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca – CEFET/RJ para o período 2010-2014, aprovado pelo Conselho Diretor na Sessão Extraordinária de 16 de dezembro de 2010, ao expressar avanço em relação às diretrizes estabelecidas no PDI 2005-2009 apresentado ao Ministério da Educação com base no novo estatuto do Centro e na organização acadêmica atinentes aos Decretos 5.224 e 5.225, de 1º de outubro de 2004, reflete o posicionamento da comunidade interna no sentido de assumir a continuidade de uma trajetória de formação que congrega o desenvolvimento da educação tecnológica nas dimensões de ensino, pesquisa e extensão.

Todo PDI traz desafios àqueles que se constituem como agentes e beneficiários do projeto nele presente. No caso de uma instituição de educação tecnológica, sua comunidade acadêmica – docentes, técnicos-administrativos e alunos – e a sociedade – aí compreendidos diferentes grupos sociais, o mundo produtivo e o poder público constituído.

Neste PDI, especificamente, em um momento que o país vivencia a perspectiva de crescimento econômico com desenvolvimento social e o Ministério de Educação investe tanto na expansão do ensino técnico e profissionalizante quanto na interiorização da educação superior, o desafio que se apresenta concretamente ao CEFET/RJ é a garantia de consecução dos objetivos institucionais em sua plenitude, mediante a sustentabilidade da atuação de excelência na educação tecnológica formadora de quadros profissionais técnicos e de nível superior no conjunto ampliado das Unidades de Ensino que ora integram sua estrutura sistêmica.

Nesse sentido, haverá que se contar com o aporte do Governo Federal em relação aos compromissos de política pública dirigidos às autarquias vinculadas ao MEC, quer com recursos orçamentário-financeiros, quer com provimento de pessoal docente e técnico-administrativo. E, no âmbito interno à Instituição, com o empenho de todos que a constroem, participando da execução, acompanhamento e avaliação das diretrizes e ações do Plano, no cumprimento efetivo e competente da função social de educação.

Miguel Badenes Prades Filho
Diretor-Geral

Perfil Institucional

1



1.1. Finalidade e objetivos

O CEFET/RJ, autarquia de regime especial vinculada ao Ministério da Educação, no espírito da Lei nº 6.545, de 30 de junho de 1978¹, tem por finalidade o oferecimento de educação tecnológica. Configura-se, nos termos da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008², como instituição de ensino superior pluricurricular, especializada na oferta de educação tecnológica nos diferentes níveis e modalidades de ensino, caracterizando-se pela atuação prioritária na área tecnológica.

Orientados pela legislação vigente, constituem objetivos prioritários do CEFET/RJ:

- ministrar educação profissional técnica de nível médio, de forma articulada com o ensino médio, destinada a proporcionar habilitação profissional para diferentes setores da economia;
- ministrar ensino superior de graduação e de pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu*, visando à formação de profissionais e especialistas na área tecnológica;
- ministrar cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, nas áreas científica e tecnológica;
- ofertar educação continuada, por diferentes mecanismos, visando à atualização, ao aperfeiçoamento e à especialização de profissionais na área tecnológica;
- realizar pesquisa, estimulando o desenvolvimento de soluções tecnológicas de forma criativa e estendendo seus benefícios à comunidade;
- promover a extensão mediante integração com a comunidade, contribuindo para o seu desenvolvimento e melhoria da qualidade de vida, desenvolvendo ações interativas que concorram para a transferência e o aprimoramento dos benefícios e conquistas auferidos na atividade acadêmica e na pesquisa aplicada;
- estimular a produção cultural, o empreendedorismo, o desenvolvimento científico e tecnológico, o pensamento reflexivo, com responsabilidade social.

1.2. Missão

Observadas a finalidade e as características atribuídas aos Centros Federais de Educação Tecnológica e a responsabilidade social de que essas se revestem, o CEFET/RJ continua a assumir como missão institucional:

Promover a educação mediante atividades de ensino, pesquisa e extensão que propiciem, de modo reflexivo e crítico, na interação com a sociedade, a formação integral (humanística, científica e tecnológica, ética, política e social) de profissionais capazes de contribuir para o desenvolvimento cultural, tecnológico e econômico dessa mesma sociedade.

¹ Trata-se da lei que transformou as Escolas Técnicas Federais de Minas Gerais, do Paraná e Celso Suckow da Fonseca em Centros Federais de Educação Tecnológica.

² Trata-se da lei que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, e criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

1.3. Histórico e áreas de atuação

A construção histórica e social desta Instituição, de origem quase centenária, tem se operado na dinâmica do desenvolvimento do País, de forma coetânea com as demandas educacionais, crescentes em número e níveis de escolaridade. Atuando, no presente, da educação profissional técnica de nível médio à pós-graduação *stricto sensu*, desenvolve, com qualidade crescente, o ensino, a pesquisa e a extensão como ações intencionais, assumindo, destacadamente, a Tecnologia como objeto de interesse filosófico e científico.

Situada na cidade que foi capital da República até 1960, a Instituição teve sua vocação definida a partir de 1917, quando, criada a Escola Normal de Artes e Ofícios Wenceslau Brás pela Prefeitura do Distrito Federal – o início da trajetória –, recebeu a incumbência de formar professores, mestres e contramestres para o ensino profissional. Em 1919, a Escola Normal passou à jurisdição do Governo Federal e, em 1937, ao se reformular a estrutura do então Ministério da Educação, foi transformada em liceu destinado ao ensino profissional de todos os ramos e graus, como aconteceu às Escolas de Aprendizes Artífices, que, criadas nas capitais dos Estados, por decreto presidencial de 1909, para proporcionar ensino profissional primário e gratuito, eram mantidas pela União.

Naquele ano de 1937 tinha sido aprovado o plano de construção do liceu profissional que substituiria a Escola Normal de Artes e Ofícios. Antes, porém, que o liceu fosse inaugurado, sua denominação foi mudada, passando a chamar-se Escola Técnica Nacional, consoante o espírito da Lei Orgânica do Ensino Industrial, promulgada em 30 de janeiro de 1942. A essa Escola, instituída pelo Decreto-Lei nº 4.127, de 25 de fevereiro de 1942, que estabeleceu as bases de organização da rede federal de estabelecimentos de ensino industrial, coube ministrar cursos de 1º ciclo (industriais e de mestria) e de 2º ciclo (técnicos e pedagógicos).

Com a autonomia administrativa trazida pelo Decreto nº 47.038, de 16 de outubro de 1959, a Escola Técnica Nacional passou, gradativamente, a extinguir os cursos de 1º ciclo e atuar na formação exclusiva de técnicos. Em 1966, foram implantados os cursos de Engenharia de Operação, introduzindo-se, assim, a formação de profissionais para a indústria em cursos de nível superior de curta duração. Os cursos eram realizados em convênio com a Universidade Federal do Rio de Janeiro, para efeito de colaboração do corpo docente e expedição de diplomas. A necessidade de preparação de professores para as disciplinas específicas dos cursos técnicos e dos cursos de Engenharia de Operação levou, em 1971, à criação do Centro de Treinamento de Professores, funcionando em convênio com o Centro de Treinamento do Estado da Guanabara (CETEG) e o Centro Nacional de Formação Profissional (CENAFOR).

Durante esse período, a Escola recebeu outras designações: Escola Técnica Federal da Guanabara, em 1965, pela identificação com a denominação do respectivo Estado; Escola Técnica Federal Celso Suckow da Fonseca, em 1967, como homenagem póstuma ao primeiro Diretor escolhido a partir de uma lista tríplice composta pelos votos dos docentes. Finalmente, a transformação de Escola Técnica Federal em Centro Federal de Educação Tecnológica dá-se pela Lei nº 6.545, de 30 de junho de 1978.

Desde essa data, o Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca – CEFET/RJ passou ter objetivos conferidos a instituições de educação superior, devendo atuar como autarquia de regime especial, vinculada ao Ministério da Educação e Cultura,

detentora de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didática e disciplinar. Com efeito, desde 1978, o Centro passou a ofertar cursos de graduação em engenharia industrial e, a partir de 1992, cursos de mestrado em programas de pós-graduação *stricto sensu*.

Com unidade-sede localizada na cidade do Rio de Janeiro, as atividades acadêmicas do CEFET/RJ se estendem a quatro Unidades de Ensino Descentralizadas (UnEDs): uma no município de Nova Iguaçu, alcançando a população da Baixada Fluminense; outra, em Maria da Graça, antiga região industrial do Rio de Janeiro servida de linhas de ônibus e metrô com acesso ao subúrbio e municípios vizinhos; as duas outras, nas cidades de Petrópolis e Nova Friburgo, polos de tecnologia, moda e turismo na Região Serrana do Estado. Inserida na 2ª etapa do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, a Instituição estará implantando, ainda em 2010, duas novas UnEDs, em Itaguaí e Angra dos Reis, municípios da Região da Costa Verde, além de um Núcleo Avançado no município de Valença, antiga região cafeeicultora.

No sistema multicampi são oferecidos cursos regulares de ensino médio, educação profissional técnica e graduação, atendendo a mais de 10.000 alunos/ano, além de cursos de pós-graduação *stricto sensu* e *lato sensu* e de extensão. O número de matrículas dos cursos de graduação situa-se em torno de 30% do total de matrículas dos cursos regulares. Junto a estes, oferecidos sob a forma de atividades presenciais, coexistem programas e projetos na modalidade de educação a distância.

São cinco os programas de pós-graduação *stricto sensu* – em Tecnologia, Ensino de Ciências e Matemática, Engenharia Mecânica e Tecnologia de Materiais, Engenharia Elétrica, e Ciência, Tecnologia e Educação, cada um com um curso de mestrado – e encontram-se em fase de submissão à CAPES dois projetos de cursos de doutorado.

A Instituição insere-se no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq e, no âmbito interno da Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação, mantém um Banco de Projetos de Pesquisa, com projetos oficialmente cadastrados, que abrangem atividades desenvolvidas nos grupos de pesquisa e nos programas de pós-graduação, alguns deles com financiamento do CNPq, da FINEP, da FAPERJ, entre outras agências de fomento. Programas institucionais de iniciação científica e tecnológica beneficiam, respectivamente, os cursos de graduação e os de nível de educação básica, aí compreendidos o ensino médio e, em especial, os cursos técnicos.

Como instituição de educação superior, o CEFET/RJ desafiou-se a estabelecer convênios de intercâmbio técnico-científico, passando a interagir com universidades e instituições de pesquisa nacionais e, também, com instituições estrangeiras. Há anos, acordos bilaterais vêm contribuindo para a formação de discentes e aperfeiçoamento de docentes, mediante projetos integrados de ensino e de atividades de pesquisa e desenvolvimento, com apoio financeiro da CAPES, DAAD, FIPSE e outras agências.

À evolução institucional correspondeu a progressiva e significativa elevação dos níveis de qualificação e aperfeiçoamento dos recursos humanos. Constituído o quadro docente por professores das duas carreiras – do ensino básico, técnico e tecnológico, e do magistério superior –, o perfil de titulação acadêmica e regime de trabalho alcança os patamares exigidos das universidades.

Constituindo, com os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, a Universidade Tecnológica Federal do Paraná, o Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais e Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais, a Rede Federal de

Educação Profissional, Científica e Tecnológica instituída pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, o CEFET/RJ continua a reconhecer-se como instituição dedicada à formação de profissionais capazes de, em diferentes níveis de intervenção, aplicar conhecimentos técnicos e científicos às atividades de produção e serviços, sem perder de vista a dinâmica social do desenvolvimento.

EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA NO CEFET/RJ	
E	Educação Básica
N	Educação Profissional Técnica
S	Cursos de Graduação (Cursos Superiores de Tecnologia, Bacharelado e Licenciatura)
I	Cursos de Pós-Graduação <i>Stricto Sensu</i> (Mestrado e Doutorado)
N	Cursos de Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i>
O	Cursos de Extensão
P E S Q U I S A E E X T E N S Ã O	

1.4. Filosofia, princípios e valores

Corresponde à filosofia orientadora da ação no CEFET/RJ compreender essa instituição educacional como um espaço público de formação humana, científica e tecnológica. Compreender, ainda, que:

- todos os servidores são responsáveis por esse espaço e nele educam e se educam permanentemente;
- os alunos são corresponsáveis por esse espaço e nele têm direito às ações educacionais qualificadas que ao Centro cabe oferecer;
- a convivência, em um mesmo espaço acadêmico, de cursos de diferentes níveis de ensino e de atividades de pesquisa e extensão compõe a dimensão formadora dos profissionais preparados pelo Centro (técnicos, tecnólogos, engenheiros, administradores e outros bacharéis, docentes, mestres, doutores), ao mesmo tempo em que o desafia a avançar no campo da concepção e realização da educação tecnológica.

A filosofia institucional expressa-se, ainda, nos princípios norteadores do seu projeto pedagógico, documento (re)construído com a participação dos segmentos da comunidade interna (servidores e alunos) e representantes dos segmentos produtivo e outros da sociedade. Integram tais princípios:

- defesa das condições garantidoras de qualidade social para a educação pública viabilizada pela Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica em sua diversidade institucional;

- reafirmação da identidade institucional vinculada à formação de profissionais de diferentes níveis no projeto de transformação de Centro Federal de Educação Tecnológica em Universidade Tecnológica Federal;
- adoção de projetos de verticalização e integração das atividades de ensino, pesquisa e extensão, da educação básica à pós-graduação, como característica metodológica de formação na área tecnológica;
- consolidação de políticas de ensino, pesquisa e extensão que, compromissadas com o desenvolvimento nacional e regional, a disseminação e produção de conhecimento, a formação de pessoas, e a responsabilidade social e ética, continuem a legitimar a atuação institucional junto à sociedade;
- preservação e sustentação da autonomia institucional definida em lei;
- aperfeiçoamento permanente dos processos de gestão democrática e descentralização gerencial nas instâncias acadêmicas e administrativas, mediante adoção de estruturas colegiadas, mecanismos de participação de todos os segmentos da comunidade interna, socialização de informações e transparência na utilização de recursos;
- observância de aspectos inerentes ao caráter público e de identidade formadora da Instituição: valorização do ser humano e do trabalho; respeito à pluralidade e divergências de idéias, sem discriminação de qualquer natureza; adesão à tecnologia a serviço da promoção humana; compromisso social; diálogo constante e parcerias com instituições/entidades representativas da sociedade; responsabilidade funcional e ética.

1.5. Estrutura organizacional e instâncias de decisão

A estrutura básica do CEFET/RJ compreende:

Órgão colegiado: Conselho Diretor

Órgãos executivos:

- a) Diretoria-Geral:
 - Vice-Diretoria-Geral
 - Assessorias Especiais
 - Gabinete
- b) Diretorias de Unidades de Ensino
- c) Diretorias Sistêmicas:
 - Diretoria de Administração e Planejamento
 - Diretoria de Ensino
 - Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação
 - Diretoria de Extensão
 - Diretoria de Gestão Estratégica

Órgão de controle: Auditoria Interna

Ao Conselho Diretor, órgão deliberativo e consultivo da administração superior do Centro, compete, entre outras atribuições, estabelecer a política geral da Instituição, deliberando sobre planos administrativo, econômico-financeiro e de ensino, pesquisa e extensão, por meio de resoluções. Integrado por dez membros, todos nomeados pelo Ministro de Estado da Educação, tem como Presidente o Diretor-Geral e, ademais, representação dos docentes do ensino básico, técnico e tecnológico e do magistério superior, dos servidores técnicos-administrativos, dos discentes e do Ministério da Educação, da Federação da Indústria, da Federação do Comércio, da Federação da Agricultura, Pecuária e Pesca, e dos ex-alunos.

Em nível sistêmico, compõem instâncias de decisão colegiada:

- o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE)
- o Conselho de Ensino (CONEN)
- o Conselho de Pesquisa e Pós-Graduação (COPEP)
- o Conselho de Extensão (CONEX)
- o Conselho Departamental (CONDEP)
- o Conselho do Departamento de Ensino Médio e Técnico (CONDMET)

Ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, órgão colegiado autônomo, compete deliberar e normatizar no que concerne a essas atividades acadêmicas do Centro, cabendo-lhe, entre outras atribuições, elaborar e encaminhar a Política Institucional de Ensino, Pesquisa e Extensão, ouvidas as propostas dos respectivos conselhos especializados, para homologação do Conselho Diretor. Integram o CEPE: o Diretor-Geral, que o preside; os Diretores Sistêmicos; os Diretores das Unidades de Ensino; representantes do Conselho de Ensino, do Conselho de Pesquisa e Pós-Graduação e do Conselho de Extensão, eleitos por seus pares, e representantes discentes desses Conselhos; representantes dos docentes e dos técnicos-administrativos, eleitos pela comunidade interna.

Em cada Unidade de Ensino, compõem instâncias de decisão colegiada as Coordenações de Curso, os Departamentos Acadêmicos e as Coordenadorias de Programas de Pós-Graduação. A esses Colegiados compete a coordenação didática de cada curso – de ensino médio e educação profissional técnica de nível médio, de graduação e de pós-graduação –, cabendo-lhes, entre outras atribuições: orientar e coordenar as atividades do curso, propondo aos competentes Departamentos a indicação ou substituição de docentes; elaborar o currículo do curso, com indicação de ementas, créditos e pré-requisitos das atividades acadêmicas curriculares que o compõem, e referendar os programas dessas atividades; decidir questões relacionadas a matrícula, dispensa e inclusão de atividades acadêmicas curriculares, transferência, continuidade de estudos, obtenção de novo título e outras formas de ingresso, bem como das representações e recursos contra matéria didática, obedecida a legislação pertinente; coordenar e executar os procedimentos de avaliação do curso.

De forma simplificada, o organograma geral do CEFET/RJ é apresentado no Anexo I deste documento.

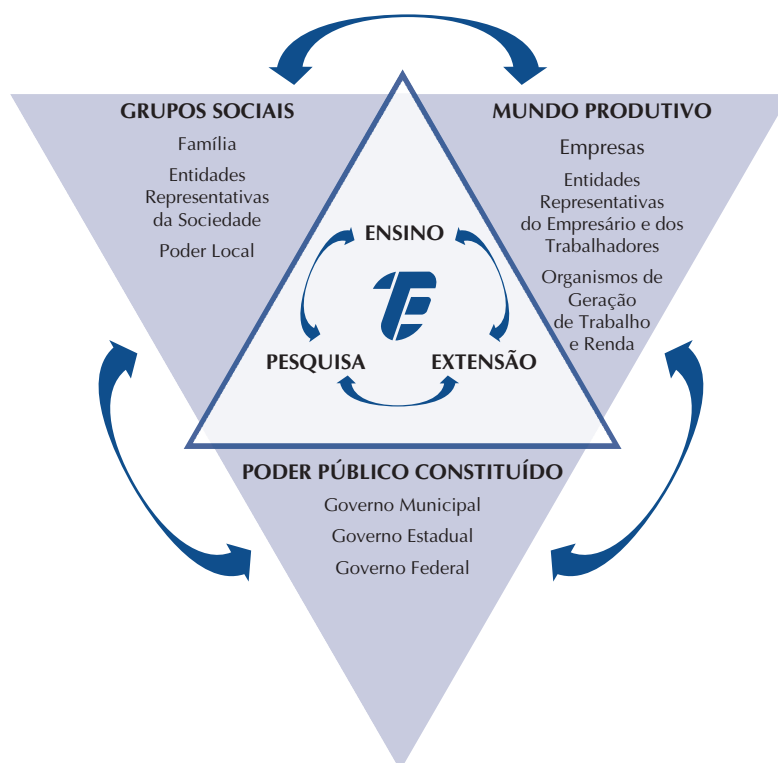
1.6. Responsabilidade social e desenvolvimento da região e do país

Ao atuar como instituição de ensino superior pública comprometida com o desenvolvimento cultural, tecnológico e econômico da sociedade, em favor de um país justo, capaz de promover o crescimento com geração de renda e redução das desigualdades, o CEFET/RJ tem presente em seu plano de desenvolvimento os desafios de demandas formativas associadas a políticas de industrialização e comércio, infraestrutura econômica (energia, transportes, telecomunicações) e social (educação, saúde e saneamento), capacitação tecnológica, entre outras prioridades que se impõem ao desenvolvimento com alcance social.

Cumpra à Instituição fomentar o debate nesse sentido, de vez que, frente a mudanças que desenham uma nova realidade econômica e social depois de décadas de semiestagnação, já se torna lugar comum a consideração da falta de mão-de-obra qualificada como gargalo (comparável ao da infraestrutura) para o desenvolvimento do país. A formação de técnicos e engenheiros, entre outros profissionais, é anunciada como necessidade de retomada de investimento. De outra parte, denuncia-se a perda de posição no ranking mundial da inovação, reconhecendo-se que, no Brasil, o número de registro de patentes ainda é pequeno e somente em poucas áreas a pesquisa é assumida como parte da estratégia empresarial.

Participando da política pública de Estado na área educacional, faz-se inerente à consecução dos objetivos viabilizadores da missão institucional o permanente (inter)agir reflexivo e crítico sobre projetos de desenvolvimento que se afiguram transformadores. Para tanto, são imprescindíveis à definição das políticas de ensino, pesquisa e extensão do Centro as relações mantidas com o conjunto da sociedade. Em se tratando de uma instituição de educação tecnológica, necessariamente, com instâncias de Governo, organizações do mundo produtivo e diferentes grupos sociais.

INTER-RELAÇÕES DO CEFET NA SOCIEDADE



No início desta segunda década do milênio, já há estudos que sinalizam referenciais de um novo ciclo de desenvolvimento brasileiro, a exemplo do empreendido pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES)³, que elege democracia, liberdade, equidade, identidade nacional, sustentabilidade, respeito à diversidade sociocultural e soberania como valores que dão base à visão de futuro.

Segundo análise do CDES, “o ciclo de desenvolvimento em curso no Brasil está sendo impulsionado pela consolidação da democracia e ampliação dos espaços de diálogo e participação; por políticas distributivas ancoradas numa visão de justiça social e de racionalidade econômica, pelo investimento nas pessoas por meio das políticas sociais universais e inclusivas; pelos investimentos em infraestruturas; por um sistema de financiamento público capaz de alavancar políticas de desenvolvimento; pela estabilidade macroeconômica e gradual incorporação das dimensões da sustentabilidade ambiental, econômica e social ao conjunto dos processos decisórios”⁴.

Considerados os desafios e eixos propositivos da Agenda para o Novo Ciclo de Desenvolvimento, o CDES aponta como estratégias: consolidar o processo de expansão equânime do emprego e da renda, fortalecendo o mercado interno ancorado em um modo de produção, de consumo de massa e de distribuição sustentáveis; ampliar os investimentos inovativos e se inserir de forma ativa na economia internacional; e fortalecer o protagonismo do País na governança global, influenciando nas negociações econômicas, na reforma financeira internacional, na reforma monetária e nas negociações políticas relevantes para a paz no mundo. A essas estratégias se articula um conjunto de desafios, de vez que os avanços desse novo ciclo de desenvolvimento dependem da educação (tomada como eixo prioritário e estruturante); da transição para a economia do conhecimento e da sustentabilidade; da força da indústria, do comércio e do vasto potencial da agricultura, impulsionados pela infraestrutura adequada, pela inclusão produtiva e pelas políticas sociais; de um Estado democrático e indutor do desenvolvimento econômico, social, político, ambiental e cultural⁵.

É incontestável que, na área educacional, terá de se ter em conta e fazer progredir – com qualidade social e sustentabilidade de política pública de Estado – os esforços empreendidos pelo Governo da República com o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), que trouxe um grande número de ações e programas da educação infantil à pós-graduação, incluindo-se aí, citadas as orientações que mais de perto dizem respeito ao âmbito da atuação deste CEFET, a expansão da rede federal de educação profissional e tecnológica e a reestruturação e expansão das universidades federais.

Foi no viés dessa expansão que, desde a introdução do PDI 2005-2009, a Instituição cresceu potencialmente na perspectiva de interiorização das atividades acadêmicas que dão cumprimento à sua missão. Quando instituído aquele PDI, a diretriz “Implementação do Sistema *Multicampi*” assinalava a existência de apenas uma Unidade de Ensino Descentra-

³ Criado pela Lei nº 10.683/03, o CDES assessorava o Presidente da República na formulação de políticas e diretrizes específicas, e aprecia propostas de políticas públicas, de reformas estruturais e de desenvolvimento econômico e social que lhe sejam submetidas, com vistas na articulação das relações de governo com representantes da sociedade. Sua composição, ampla e plural, congrega trabalhadores, empresários, movimentos sociais, governo e lideranças expressivas de diversos setores.

⁴ PR. SRI. CDES. Agenda para o novo ciclo de desenvolvimento. In <http://www.cdes.gov.br/evento/6381/agenda-para-o-novo-ciclo-de-desenvolvimento-reuniao-regional-v.html>, acessado em agosto de 2010.

⁵ *Idem, ibidem.*

lizada (a UnED Nova Iguaçu) e o pleito de transformação do *Campus* Maria da Graça em Unidade de Ensino. A adesão ao Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica levou à atual constituição do Sistema: a Unidade-sede (Maracanã), seis Unidades de Ensino Descentralizadas (Nova Iguaçu, Maria da Graça, Petrópolis, Nova Friburgo, Itaguaí, Angra dos Reis) e um Núcleo Avançado (Valença). Desse modo, o CEFET/RJ vivencia a oportunidade de alargar sua contribuição ao desenvolvimento econômico e social da região e do país.

Subsidiado por sua trajetória histórica e com visão de futuro, o CEFET/RJ reafirma a intenção de ter sua institucionalidade reconhecida como de Universidade Tecnológica, a fim de assim garantir condições de continuar a ministrar ensino verticalizado da educação profissional em nível de educação básica à educação superior de graduação e pós-graduação, desenvolver pesquisa e promover atividades de extensão ao alcançar, em sua inserção regional mediante atuação *multicampi*, mesorregiões do Estado do Rio de Janeiro.

No exercício cotidiano de sua atuação, tal intenção implica prosseguir em:

- investir permanentemente nas dimensões quantitativa e qualitativa dos projetos de ensino, pesquisa e extensão, levando em conta o contexto de desenvolvimento e demandas apontadas no diálogo com atores sociais e debatidas com a comunidade interna;
- integrar os diversos níveis e modalidades de ensino, pesquisa e extensão, priorizando projetos e programas de maior impacto acadêmico e social para a região e o país;
- participar de ações de cooperação interinstitucional nos contextos regional, nacional e internacional, visando a projetos de interesse de formação discente e aperfeiçoamento docente;
- buscar apoio de agências de fomento e centros de P&D para o desenvolvimento de projetos voltados ao avanço do conhecimento e comprometidos com a relevância social da produção científico-tecnológica, participando do esforço de inovação;
- fortalecer a integração com o setor produtivo em geral e, em especial, com as empresas públicas e privadas que atuam em projetos estratégicos ao desenvolvimento nacional, favorecendo a formação teórico-prática nas atividades curriculares dos cursos técnicos, de graduação e pós-graduação;
- interiorizar as atividades acadêmicas mediante novos recursos e modalidades, como a educação a distância, buscando desenvolver formas de atendimento educacional que, além de superar limites de espaço e tempo, promovam acesso à comunicação e informação, e alcancem desafios de aprendizagem na contemporaneidade;
- integrar atividades de extensão na formação dos profissionais da área tecnológica, promovendo oportunidades de vivência cidadã em uma realidade desigual e, ao mesmo tempo diversa, que precisa ter reconhecido seu potencial nas soluções de desenvolvimento.

Nesse contexto, as perspectivas da exploração e produção nas reservas de petróleo descobertas na camada do Pré-Sal, a eficiência energética, a expansão da infraestrutura – aeroportos, portos, estradas e ferrovias, habitação e saneamento – tendo como um dos eixos as necessidades para a Copa 2014 e a Olimpíada 2016 são apenas alguns dos desafios nacionais concretos que demandam da Instituição a responsabilidade educacional, formadora de profissionais capazes de atuar, com competência técnico-científica e interesse social, na área tecnológica.

Plano de Desenvolvimento

2



Considerada a avaliação do PDI 2005-2009 e as políticas institucionais trazidas pelo Projeto Pedagógico Institucional (PPI), apresentam-se, a seguir, as diretrizes que estruturam o Plano de Desenvolvimento do CEFET/RJ para o período 2010-2014, com definição de objetivos, estratégias, ações e metas:

- » Sustentação do projeto institucional de transformação do Centro em Universidade Tecnológica
- » Consolidação da atuação institucional em Sistema *Multicampi*
- » Ampliação, aperfeiçoamento e sustentabilidade das atividades acadêmicas de ensino, pesquisa e extensão
- » Implantação de políticas de organização e gestão de pessoal
- » Investimento em melhoria de infraestrutura física
- » Desenvolvimento de atividades de TIC e comunicação social
- » Democratização do planejamento, gestão e avaliação institucional

2.1. Sustentação do projeto institucional de transformação do Centro em Universidade Tecnológica

O CEFET/RJ, mais que institucionalidade legalmente constituída, representa construção social singular produzida ao longo de uma trajetória de pioneirismo e vanguarda na concepção, desenvolvimento e realização de projetos de educação profissional e tecnológica, que criaram, e continuam criando, expectativas e compromissos com a sociedade.

Em sua produtiva existência, procurando atender democraticamente aos anseios da sociedade, fez uso do dispositivo legal da autonomia, na sua condição inequívoca de Instituição Federal de Ensino Superior (IFES) assemelhada a universidades, para conceber, ofertar e manter cursos de diferentes níveis, sempre buscando integrar à formação profissional, em particular, as diversas dimensões da formação humana. Por vocação histórica e atuação na educação tecnológica, responde a objetivos de ensino, pesquisa e extensão, sem exclusão de níveis de ensino ou de segmentos acadêmicos.

Data de 1998, frente a mudanças que estavam sendo promovidas pelo MEC no tocante às IFES, o início do processo de discussão interna no intuito de garantir e preservar todos os direitos estabelecidos pela Lei 6.545/78. Naquele momento a comunidade entendia se fazer necessária uma proposta que consolidasse o crescimento institucional atingido, apresentando-se, assim, a proposta de transformação do CEFET/RJ em Universidade Especializada. Nesse ano, em sua 182ª sessão, o Conselho Diretor deliberava apoio à transformação. Desejava-se o reconhecimento externo do Centro como Instituição de Ensino Superior, com ciência da importância da manutenção e crescimento dos cursos técnicos de nível médio, já firmemente estabelecidos.

Desde então, como atestam a produção e a divulgação de documentos e eventos que materializam a concepção e as decisões da comunidade sobre o tema, a Instituição aguarda o encaminhamento do MEC ao pleito apresentado oficialmente mediante exposição de motivos e projetos, notadamente em dezembro de 2005, setembro de 2007 e abril de 2009⁶.

No presente, a transformação em Universidade significa, também, um reclamo institucional à continuidade de atenção que recebia da Secretaria de Educação Superior (SESu) do MEC para atendimento de objetivos voltados à graduação. Desde a instituição da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – que sinaliza dualidade estrutural das IFES –, os Cefets pioneiros remanescentes (o do Rio de Janeiro e o de Minas Gerais, já que o do Paraná teve sua transformação em Universidade Tecnológica) estão sendo privados de condições de sustentabilidade historicamente aportadas por aquela Secretaria. Embora de direito e de fato instituição de ensino superior desde 1978, este CEFET foi impedido de participar do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI, ainda que com maior quantitativo de atendimento de graduação de algumas Universidades. Para o exercício de 2010, foi excluído da matriz orçamentária da SESu, o que interrompe uma conduta de muitos anos, e teve negado o pedido de liberação de vagas da carreira de magistério superior, carreira que integra o quadro docente institucional desde sua criação. A despeito dessas medidas, permanece a vinculação no que toca à regulação, supervisão e avaliação dos cursos de graduação (licenciatura e bacharelado), de competência da Secretaria.

Nesse contexto, assim se projeta a presente diretriz de desenvolvimento institucional:

⁶ Entre tantos documentos e eventos, estes referem-se a: (i) Encaminhamento da exposição de motivos para a transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca – CEFET/RJ, nos termos do Parágrafo Único do Art.52 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para universidade especializada no campo do saber tecnológico, com denominação de Universidade Tecnológica Federal do Rio de Janeiro (Ofício do CEFET/RJ nº 1.459/2005/DIREG, de 26/12/2005, ao Secretário da SETEC/MEC); (ii) Encaminhamento do Projeto de Transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca – CEFET/RJ em Universidade Tecnológica: documento de setembro de 2007 (Ofício do CEFET/RJ nº 071/2007/DIREG, de 01/10/2007, ao Ministro da Educação); (iii) Reencaminhamento do Projeto de Transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca – CEFET/RJ em Universidade Tecnológica, com atualização de dados institucionais (documento de abril de 2009), entregue ao Ministro da Educação na audiência aos diretores dos Cefets de MG e RJ, com a presença dos Secretários da SEMTEC e da SESu, a diretoria da ANDIFES e representantes de Universidades dos dois estados.

Objetivo 1. Alcançar a transformação do CEFET/RJ em Universidade Tecnológica Federal do Rio de Janeiro

Estratégias	Ações
Fortalecer a institucionalidade do CEFET/RJ como IFES	<ul style="list-style-type: none"> · Interagir com as Secretarias do MEC, em especial com a SETEC e a SESu, para sustentação de ações e programas atinentes à identidade própria e ao lugar do CEFET/RJ no sistema federal de ensino · Manter articulação com as demais instituições da Rede Federal de Educação, Ciência e Tecnologia · Continuar a integrar associações e conselhos de interesse institucional, a exemplo da ANDIFES e do CONIF · Acompanhar e participar da discussão, nos fóruns pertinentes, das ações de política pública encaminhadas pelo Ministério da Educação no âmbito da educação básica, da educação profissional e da educação superior · Reivindicar para a Instituição a manutenção de mesmos procedimentos adotados pela SESu para os cursos de graduação das Universidades, inclusive no tocante aos quadros da carreira docente de magistério superior · Perseguir os parâmetros dos cursos de graduação e pós-graduação exigidos das universidades públicas federais
Construir o projeto pedagógico da Universidade Tecnológica pretendida	<ul style="list-style-type: none"> · Manter um programa interno de discussão das atividades acadêmicas, bem como das medidas administrativas que as viabilizam · Intensificar os procedimentos pedagógicos de integração e verticalização da educação tecnológica na Instituição: articulação verticalizada de níveis de ensino; alocação de docentes nos cursos de diferentes níveis e nos programas de pesquisa e extensão; otimização e utilização de espaço físico e equipamentos, com uso integrado de laboratórios e oficinas pelos cursos dos diferentes níveis · Elaborar, com a participação dos colegiados acadêmicos, o projeto pedagógico da Universidade Tecnológica pretendida
Subsidiar o encaminhamento do projeto de transformação em todas as instâncias necessárias	<ul style="list-style-type: none"> · Organizar e realizar reuniões/eventos com a comunidade interna do Centro e com grupos do poder público e da sociedade civil · Defender o projeto de transformação junto ao MEC e ao poder legislativo · Fornecer documentação pertinente para a tramitação legal do processo de transformação

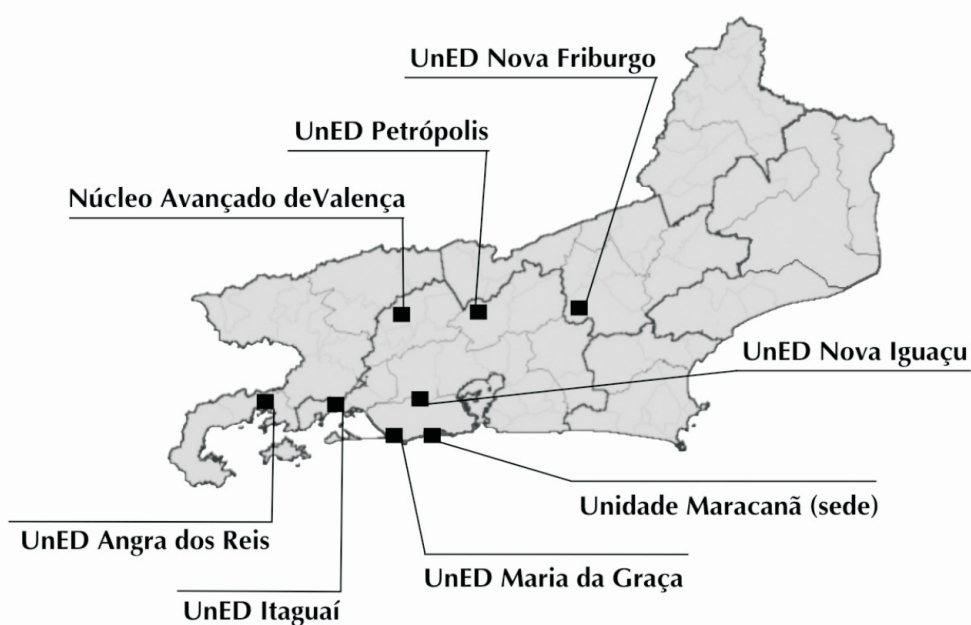
Metas	2010	2011	2012	2013	2014
1. Alcançar, gradativamente, os parâmetros de perfil docente e número de cursos de graduação e pós-graduação exigidos das universidades públicas					
2. Conceber e efetivar a elaboração do projeto pedagógico da Universidade Tecnológica pretendida					
3. Obter a transformação do CEFET/RJ em Universidade Tecnológica Federal do Rio de Janeiro mediante Lei Federal					

2.2. Consolidação da atuação institucional em Sistema *Multicampi*

Como assinalado anteriormente, o CEFET/RJ expandiu-se academicamente e em Unidades de Ensino, passando a estruturar-se como Sistema *Multicampi*.

Constituído até 2003 por apenas uma Unidade de Ensino – a do Maracanã e seus *campi* –, começou, a partir de então, a implantar Unidades de Ensino Descentralizadas, em um processo de expansão induzido pelo Governo Federal, devendo chegar a oito Unidades em 2010.

Se, por um lado, o desafio de expansão com essa magnitude, em curto espaço de tempo, redundava em mobilização interna, criativa, no atendimento de novas demandas, por outro, impõem-se medidas de gestão para dar conta de negociações, projetos, obras e serviços, contratação de pessoal e outras atividades atinentes às condições objetivas de sustentação do atendimento educacional proposto.



Sistema CEFET/RJ

A implementação do Sistema *Multicampi*, no período 2005-2009, implicou ações de organização administrativa orientadas pelo Estatuto aprovado pela Portaria Ministerial nº 3.796, de 1º de novembro de 2005, mas, também, o permanente diálogo do CEFET/RJ com o MEC, representantes do Governo Estadual e Municipal, e empresas públicas e privadas, visando à concretização de escolas orientadas pelo conceito de cidade-polo, que, tendo como referência o conjunto de municípios de mesorregiões, devem aproveitar o potencial de desenvolvimento, a proximidade com Arranjos Produtivos Locais, a possibilidade de parcerias e de infraestrutura existente.

A consolidação da atuação institucional em Sistema *Multicampi*, ora entendida, demanda persistir em projetos viabilizadores de um modelo de gestão que dê conta da unidade na diversidade, garantindo a identidade da atuação do Centro nas diferentes realidades em que as Unidades de Ensino se circunscrevem. Além disso, haverá que se considerar, sempre, as exigências do padrão de excelência da educação tecnológica conquistado pelo Centro, padrão a ser alcançado, no processo de expansão, com atenção dirigida aos desafios locais. Tal consolidação exigirá que se discutam as condições de sustentabilidade do atendimento projetado, bem como os mecanismos próprios de desenvolvimento de cada Unidade de Ensino constituída.

Objetivo 1. Conferir identidade institucional a todas as Unidades de Ensino do CEFET/RJ	
Estratégias	Ações
Aperfeiçoar a gestão acadêmica e administrativa da Instituição como Sistema <i>Multicampi</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Conceituar aspectos da organização institucional em Sistema <i>Multicampi</i> (Unidade-sede e Unidades Descentralizadas) • Avaliar e (re)ajustar funções e competências dos órgãos da estrutura do Centro consoante o Estatuto vigente • Difundir, na comunidade interna, o organograma institucional e correspondente fluxograma de relações setoriais • Discutir e elaborar, de modo a fortalecer a identidade de atuação como Sistema, um novo Regimento Geral para a Instituição • Realizar reuniões sistêmicas, de caráter permanente, com os dirigentes das Unidades, para acompanhamento e replanejamento das ações institucionais • Adotar mecanismos de trocas acadêmicas e administrativas entre o pessoal lotado nas diferentes Unidades

Objetivo 2. Dar continuidade ao processo de interiorização do atendimento do Centro mediante participação na 2ª fase do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica

Estratégias	Ações
<p>Obter apoio da SETEC/MEC e de outros agentes públicos e privados para a consecução de metas constantes dos projetos de criação de Unidades de Ensino nos municípios de Itaguaí, Angra dos Reis e Valença</p>	<ul style="list-style-type: none"> · Desenvolver projeto de implantação para cada uma das Unidades de Ensino · Discutir e elaborar o projeto pedagógico específico a cada uma das Unidades · Acompanhar a construção ou reforma dos prédios que abrigarão as Unidades · Negociar a obtenção de recursos orçamentários próprios para o desenvolvimento das atividades acadêmicas administrativas das Unidades · Dotar cada Unidade de quadro docente e de técnicos administrativos · Dotar cada Unidade de recursos de infraestrutura e equipamentos próprios · Apoiar os eventos de inauguração oficial das Unidades pelo Governo Federal · Iniciar as atividades acadêmicas das Unidades com a implantação de cursos regulares e/ou atividades de pesquisa e extensão

Objetivo 3. Contribuir, pela formação de profissionais bem preparados, para o desenvolvimento econômico e social de mesorregiões do Estado do Rio de Janeiro

Estratégias	Ações
<p>Fortalecer as condições de funcionamento de todas as Unidades de Ensino do Sistema</p>	<ul style="list-style-type: none"> · Identificar, em cada Unidade de Ensino, as características singulares da atuação institucional em face do contexto de desenvolvimento local/regional · Desenvolver, em cada Unidade de Ensino, Plano de Ação Acadêmica e Administrativa, com explicitação de metas a curto, médio e longo prazos · Adotar, em cada Unidade de Ensino, de maneira própria, mecanismos de gestão democrática, de interação com a comunidade externa e de participação no desenvolvimento de projetos, capazes de potencializar o atendimento institucional na localidade/região · Manter atualizado, em cada Unidade de Ensino, o projeto pedagógico próprio, com respectiva documentação relacionada a cursos regulares, projetos de pesquisa e atividades de extensão

	<ul style="list-style-type: none"> · Viabilizar permanentemente, em cada Unidade de Ensino, a dotação de quadro docente e técnico-administrativo compatível com seu projeto de atendimento mediante contratação e capacitação · Implementar permanentemente, em cada Unidade de Ensino, a disponibilização e/ou melhoria de condições de infraestrutura física, equipamentos e materiais obtidas mediante recursos de projetos específicos incluídos na proposta orçamentária e/ou advindos de convênios
Ampliar o atendimento educacional do Sistema <i>Multicampi</i> mediante participação em ações e programas viabilizados pelo MEC	<ul style="list-style-type: none"> · Estender, a partir de avaliação interna, o alcance da atuação institucional no Programa Universidade Aberta do Brasil (UAB) · Estender, a partir de avaliação interna, o alcance da atuação institucional no Programa Escola Aberta Técnica do Brasil (e-TEC) · Vincular a possibilidade de criação de novas Unidades de Ensino induzida pelas políticas públicas do MEC a projetos específicos de desenvolvimento econômico e social inscritos no planejamento estratégico do Estado do Rio de Janeiro

Metas	2010	2011	2012	2013	2014
1. Assegurar e fortalecer a atuação da Unidade de Ensino do Maracanã como sede do Sistema <i>Multicampi</i>					
2. Inaugurar as Unidades de Ensino de Itaguaí, Angra dos Reis e Valença					
3. Consolidar o funcionamento das Unidades de Ensino de Nova Iguaçu, Maria da Graça, Petrópolis, Nova Friburgo, Itaguaí, Angra dos Reis e Valença conforme Planos de Ação Acadêmica e Administrativa próprios					
4. Elaborar e aprovar nas instâncias competentes o novo Regimento Geral da Instituição					
5. Aumentar, progressivamente, o estabelecimento de convênios interinstitucionais e ações de cooperação técnico-científica com a participação de agentes da iniciativa pública e privada, em favor da contribuição ao desenvolvimento econômico e social no Estado do Rio de Janeiro					
6. Ampliar o processo de interiorização das ofertas formativas do Sistema <i>Multicampi</i> com utilização da modalidade de educação a distância					

2.3. Ampliação, aperfeiçoamento e sustentabilidade das atividades acadêmicas de ensino, pesquisa e extensão

Torna-se cada vez mais sensível à comunidade acadêmica do CEFET/RJ que a construção de um projeto pedagógico com vistas à Universidade Tecnológica remete à continuidade do avanço institucional na sua contemporaneidade histórico-social de formação de profissionais em uma sociedade que assume o conhecimento científico-tecnológico como força produtiva.

Desde os tempos de Escola Técnica Nacional é possível identificar, nos relatos pedagógicos, a importância da pesquisa tecnológica na formação de técnicos e no desenvolvimento nacional. Somente à guisa de exemplo, no ano letivo de 1948, alunos dos cursos técnicos de Construção Aeronáutica, de Máquinas e Motores, e de Eletrotécnica participavam com professores, no Laboratório de Máquinas, do desenvolvimento de um protótipo de motor a jato adequado às necessidades do progresso aeronáutico brasileiro, valendo-se dos conhecimentos técnicos e científicos da Física, da Termodinâmica, da Tecnologia das Turbinas e dos Compressores.

Imbuídas dessa característica da educação tecnológica, as políticas de ensino, pesquisa e extensão, focalizadas no presente, além da ampliação de escopo, vêm orientando o fortalecimento da produção acadêmica institucional, tendo em vista tanto os benefícios à formação do alunado quanto aqueles ligados a questões do desenvolvimento. Tais políticas são conduzidas por três diretorias sistêmicas, com *status* de pró-reitorias no modelo universitário: a Diretoria de Ensino (DIREN), a Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação (DIPPG) e a Diretoria de Extensão (DIREX).

Essas diretorias, diretamente implicadas na construção do projeto pedagógico, sinalizam, nesse sentido, a ampliação, o aperfeiçoamento e a sustentabilidade das atividades acadêmicas de ensino, pesquisa e extensão do Centro, como continuidade de um processo em curso.

Atividades de ensino

O desenvolvimento das atividades de ensino do CEFET/RJ – cursos regulares de educação profissional técnica, de ensino médio e de graduação – é coordenado, planejado, avaliado e controlado no âmbito da DIREN, em consonância com as diretrizes de desenvolvimento das atividades de pesquisa e pós-graduação e de extensão.

Com a expansão das Unidades de Ensino, cresceu a oferta de cursos, que, ao final de 2009, apresentava um quadro expressivo com a implantação de novas habilitações técnicas e oportunidades de graduação, como pode se verificar na tabela de matrículas ao lado.

No que toca à educação profissional técnica, desde que esta, por força da legislação, passou a ter organização curricular própria e independente do ensino médio, foram revisitados os cursos segundo as novas diretrizes e parâmetros curriculares, sem perder de vista a qualidade de desempenho dos técnicos formados ao longo do tempo pela Instituição. Longe de uma preparação instrumental, sempre se valorizou, na proposta pedagógica, a integração dos conteúdos de formação geral com aqueles de caráter específico da habilitação profissional, entendendo-se a importância do embasamento técnico-científico, histórico, cultural e social para a atuação no mundo do trabalho. Na impossibilidade de oferecer a oportunidade de concomitância interna do ensino médio para todos os alunos matriculados nos cursos técnicos, estreitaram-se os convênios firmados com instituições públicas de ensino, a fim de se democratizar a possibilidade de ingresso no Centro, em cursos disputados por seu reconhecimento junto à sociedade.

Quantitativo de matrículas em cursos regulares oferecidos nas Unidades de Ensino do CEFET/RJ						
CURSOS	UNIDADES DE ENSINO					
	Unidade Maracanã	UnED Nova Iguaçu	UnED Maria da Graça	UnED Petrópolis	UnED Nova Friburgo	Campus Itaguaí (*)
ENSINO MÉDIO	1.104	417	(**)			
Total	1.104	417	-	-	-	-
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO						
Área profissional	Habilitação					
Construção Civil	Edificações	449				
	Estradas	91				
Geomática	Meteorologia	127				
Gestão	Administração	178				
Indústria	Automobilística	27		122		
	Eletromecânica		198			
	Eletrônica	361				
	Eletrotécnica	371				
	Manutenção Automotiva			13		
	Mecânica	664				
Informática	Informática	278	188			
	Informática Industrial			154	133	
Saúde	Enfermagem		224			
	Segurança do Trabalho (***)	455		195		
Telecomunicações	Telecomunicações	221	195			
	Telecomunicações (TV Digital)				110	
Turismo e Hospitalidade	Turismo e Entretenimento	197				
Transportes	Portos					30
Total	3.419	805	484	110	133	30
SUPERIORES DE TECNOLOGIA						
Área profissional	Habilitação					
Meio Ambiente e Tecnologia da Saúde	Gestão Ambiental	199				
Informática e Telecomunicação	Sistemas para Internet	189				
Hospitalidade e Lazer	Gestão de Turismo			105	75	
Total	388	-	-	105	75	-
BACHARELADO						
Administração Industrial		456				
Engenharia de Produção		382	195			
Engenharia Industrial Elétrica (Eletrotécnica)		205				
Engenharia Industrial Elétrica (Eletrônica)		186				
Engenharia Industrial Elétrica (Telecomunicações)		167				
Engenharia Industrial Mecânica		472				
Engenharia Industrial de Controle e Automação		117				
Engenharia Civil		120	194			
Total	2.105	389	-	-	-	-
LICENCIATURA						
Física				60	45	
Total	-	-	-	60	45	-

Fonte: SIE, 2009.2

(*) Campus funcionando em colaboração com a Prefeitura do Município e a empresa VALE, enquanto se constrói o prédio da UnED de Itaguaí.

(**) Convênio com a Secretaria Estadual de Educação do Rio de Janeiro: C.E. Prof. Horácio Macedo.

(***) Esta habilitação também é oferecida na modalidade a distância, nos polos localizados em cinco municípios do Estado do Rio de Janeiro: Campos, Paulo de Frontin, Pinheiral, Resende, São José do Vale do Rio Preto.

Além do convênio com a Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro, que mantém o funcionamento do Colégio Estadual Professor Horácio Macedo na UnED Maria da Graça, outros convênios permitem a destinação de um percentual de vagas de educação profissional técnica de nível médio para alunos de escolas públicas, mediante critérios estabelecidos em edital público.

A atuação em mesorregiões em que o CEFET/RJ agora se implanta e, também, demandas circunstanciadas pela conjuntura de desenvolvimento experimentada no país apontam a necessidade de novas formas de interação escola – setor produtivo e de adoção de modalidades de ensino, visando a um permanente aprimoramento da formação de técnicos, seja do ponto de vista do conteúdo e da metodologia dos cursos, seja das condições materiais e de pessoal que interferem na sua realização.

No que toca à graduação, os cursos deste nível de ensino também se submeteram a novas diretrizes e parâmetros curriculares determinados por legislação competente. Assim se procedeu com os cursos superiores de tecnologia, os de licenciatura e de bacharelado.

Quando do lançamento do REUNI, compartilhando o desafio colocado à reestruturação e expansão das universidades federais, o CEFET/RJ entendeu ser oportuna a possibilidade de mobilizar-se no horizonte das diretrizes do Programa, agindo sobre o projeto pedagógico institucional e reafirmando o compromisso de ampliação de acesso e permanência na educação superior não apenas nas Unidades de Ensino em que já atuava, mas também naquelas em que projetava a expansão da educação profissional técnica de nível médio.

Norteadada pelo princípio da verticalização do ensino, a Instituição desde sempre assumiu ser possível levar a oferta de cursos de graduação às suas Unidades fora de sede. Assim o fez em Nova Iguaçu, onde implantou cursos de Engenharia a partir das primeiras iniciativas de uma Universidade Pública da Baixada Fluminense, participando, com a UFF e a UFRRJ, do Consórcio de instituições federais de educação superior sediadas no Estado do Rio de Janeiro. Nas cidades-polo de Petrópolis, Nova Friburgo, Itaguaí e Angra dos Reis, com a inauguração das novas Unidades de Ensino Descentralizadas, também chegou/chegará com cursos dessa natureza, em resposta ao pleito da população de mesorregiões que não contam ou contam incipientemente com a presença da educação superior pública e gratuita.

As orientações internas da proposta de adesão ao REUNI, apreciadas na comunidade e referendadas pelo Conselho Diretor, fortalecem e atualizam objetivos, estratégias e ações constantes deste Plano de Desenvolvimento Institucional, levando em conta que as diretrizes gerais desse Programa⁷ guardam consonância com o projeto de Universidade Tecnológica que articula níveis de ensino e integra atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Articulando a educação profissional técnica de nível médio à graduação, a diretriz de ampliação, aperfeiçoamento e sustentabilidade das atividades de ensino aqui descritas assim se desdobra neste Plano:

⁷ Instituído com o objetivo de criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais, o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI enunciou as seguintes diretrizes: I. redução das taxas de evasão, ocupação de vagas ociosas e aumento de vagas de ingresso, especialmente no período noturno; II. ampliação da mobilidade estudantil, com a implantação de regimes curriculares e sistemas de títulos que possibilitem a construção de itinerários formativos, mediante o aproveitamento de créditos e a circulação de estudantes entre instituições, cursos e programas de educação superior; III. revisão da estrutura acadêmica, com reorganização dos cursos de graduação e atualização de metodologias de ensino-aprendizagem, buscando a constante elevação de qualidade; IV. diversificação das modalidades de graduação, preferencialmente não voltadas à profissionalização precoce e especializada; V. ampliação das políticas de inclusão e assistência estudantil; VI. articulação da graduação com a pós-graduação e da educação superior com a educação básica. (Cf. Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007)

Objetivo 1. Ampliar a oferta de educação profissional técnica e de educação superior	
Estratégias	Ações
Aumentar as vagas de ingresso mediante a implantação e/ou implementação de cursos técnicos e de graduação no conjunto das Unidades de Ensino	<ul style="list-style-type: none"> · Implantar e/ou implementar cursos educação profissional técnica e de educação superior em cada Unidade, observados o interesse público, as demandas sociais e a capacidade de oferta · Incrementar a oferta de vagas de ingresso de educação profissional técnica e de graduação no conjunto das Unidades de Ensino, seja em cursos já existentes, seja pela criação de novos cursos, considerado o potencial de atendimento diurno e noturno · Intensificar o estabelecimento de convênios de intercomplementaridade com a SEE-RJ, secretarias municipais de educação e unidades escolares do sistema federal de ensino para oferta de educação profissional técnica a alunos matriculados no ensino médio
Adotar procedimentos de processo seletivo que tornem mais inclusivas as formas de acesso aos cursos oferecidos pela Instituição	<ul style="list-style-type: none"> · Normatizar critérios de seleção de candidatos aos cursos educação profissional técnica de nível médio segundo a oferta em cada Unidade de Ensino · Normatizar critérios para aproveitamento dos resultados do ENEM no processo seletivo para os cursos de graduação · Definir percentuais de ingresso de alunos nos diferentes cursos considerando as ações afirmativas propostas pelo Governo · Discutir o percentual de matrículas dos cursos de graduação destinadas a alunos oriundos dos cursos técnicos do Centro e os critérios de seleção a serem adotados nesse procedimento de articulação verticalizada do ensino · Incorporar medidas de aprimoramento pedagógico e operacional na realização dos processos seletivos para ingresso nos diferentes cursos da Instituição
Reduzir as taxas de evasão nos cursos dos diferentes níveis pela adoção de medidas de apoio à permanência e ao sucesso dos alunos nos cursos	<ul style="list-style-type: none"> · Promover campanha de valorização da vaga pública e gratuita dos cursos oferecidos pela Instituição · Desenvolver estudos sistemáticos do perfil socioeconômico dos candidatos aos cursos e dos alunos ingressantes, bem como das causas de evasão · Reestruturar e ampliar os serviços de apoio pedagógico e assistência social como suporte contínuo às atividades docentes e discentes · Adotar novos procedimentos metodológicos na área de ensino (soluções de natureza didático-pedagógica), principalmente no primeiro ano de estudos e nas disciplinas em que se constata o baixo desempenho do alunado

	<ul style="list-style-type: none"> · Implantar mecanismos de monitoria, tutoria, cursos de férias e de nivelamento, mediante ação integrada de docentes e alunos de graduação e de pós-graduação · Manter programa de assistência estudantil em todas as Unidades de Ensino · Estudar e adotar outras medidas de apoio à permanência dos alunos nos cursos
Promover a ocupação plena das vagas de todos os cursos presenciais em funcionamento regular	<ul style="list-style-type: none"> · Rever as normas internas de caracterização das vagas ociosas e de sua ocupação nos cursos de educação profissional técnica e de graduação · Controlar o número de vagas ociosas decorrentes da retenção e evasão dos alunos nos cursos · Ocupar as vagas ociosas dos cursos mediante diferentes procedimentos publicizados em editais e/ou outros meios de divulgação interna e extensa (abertura de processos seletivos de transferência, entre outros)
Potencializar o universo de atendimento com a utilização de sistemas interativos de aprendizagem <i>on line</i> e o desenvolvimento de programas na modalidade de educação a distância	<ul style="list-style-type: none"> · Apoiar a capacitação de docentes para a utilização de novas ferramentas de ensino-aprendizagem · Desenvolver e implantar projetos específicos com a utilização de tecnologias inovadoras de ensino nos cursos regulares presenciais de educação profissional técnica e de graduação · Expandir a oferta de educação profissional técnica na modalidade de educação a distância · Estudar a viabilidade de implantação de cursos de graduação no âmbito do Programa Universidade Aberta do Brasil · Participar de programas de educação a distância em parceria com outras instituições de ensino superior
Objetivo 2. Aperfeiçoar e garantir a qualidade acadêmica dos cursos oferecidos pela Instituição	
Estratégias	Ações
Promover a reestruturação acadêmico-curricular orientada pelo projeto pedagógico institucional	<ul style="list-style-type: none"> · Rever a estrutura acadêmica no âmbito da Diretoria de Ensino no sentido de favorecer os procedimentos pedagógicos de integração e verticalização da educação tecnológica na Instituição · Organizar os cursos de educação profissional técnica e de graduação segundo parâmetros de articulação da educação superior com a educação básica e a educação profissional e tecnológica · Discutir e definir regimes curriculares e sistemas de títulos que possibilitem a construção de itinerários formativos com condições de mobilidade e flexibilidade · Atualizar o projeto pedagógico próprio a cada curso, observada a legislação educacional

	<ul style="list-style-type: none"> · Desenvolver atividades de capacitação docente para a implementação das diretrizes curriculares definidas nos projetos dos cursos, observando, coerentemente, concepções e práticas pedagógicas neles referendadas, bem como a adoção de novas metodologias de ensino aprendizagem, inclusive aquelas com a mediação de recursos da educação a distância · Rever e atualizar o regulamento dos cursos, considerando as normas acadêmicas de flexibilização e integralização curricular, mobilidade estudantil (interna e externa), bem como as normas didático-pedagógicas de avaliação do aluno, aprovação e reprovação, entre outras · Publicizar, no Portal institucional, informações acadêmicas relativas a cada um dos cursos regulares oferecidos
<p>Fomentar a renovação pedagógica dos cursos pelo conhecimento e debate da formação campo do saber tecnológico</p>	<ul style="list-style-type: none"> · Inaugurar o “Fórum de Tecnologia, Desenvolvimento e Educação” como espaço institucional aberto ao debate com a sociedade · Desenvolver estudos para a criação e implantação de novos cursos em resposta a demandas identificadas · Interagir com empresas públicas e privadas em projetos de ensino que favoreçam uma formação científico-tecnológica e socioeconômica mais próxima dos desafios do desenvolvimento sustentável de âmbito local, regional e nacional · Implantar o Observatório Estudantil
<p>Investir permanentemente na melhoria das condições de desenvolvimento dos cursos em cada Unidade de Ensino</p>	<ul style="list-style-type: none"> · Melhorar as condições físicas e estruturais das salas de aula, considerada a ocupação plena projetada neste Plano · Modernizar e/ou criar novos laboratórios de desenvolvimento de aulas teórico-práticas e de pesquisa · Implantar laboratórios informatizados, com acesso amplo à internet, para atividades de estudo do corpo discente nas respectivas áreas tecnológicas · Dotar as bibliotecas de amplo e atualizado acervo bibliográfico e de outros recursos de estudo (mídias eletrônicas) · Manter o funcionamento das bibliotecas e laboratórios no período integral das atividades acadêmicas (diurno e noturno) · Recompôr, anualmente, o quadro de docentes e técnicos necessários à realização dos cursos · Regulamentar e divulgar mecanismos de apoio à qualificação docente · Intensificar programa de visitas técnicas · Ampliar as oportunidades de participação de docentes e discentes em eventos técnicos, científicos, artísticos e culturais

	<ul style="list-style-type: none"> · Incentivar a produção tecnológica, esportiva, cultural, artística e de lazer · Propiciar a participação dos alunos em programas e projetos de iniciação científica, tecnológica e de extensão · Desenvolver programa de monitoria
Estimular a mobilidade intra e interinstitucional	<ul style="list-style-type: none"> · Promover a mobilidade estudantil interna mediante o aproveitamento de disciplinas e créditos entre cursos · Estabelecer convênios interinstitucionais para ampliação do Programa de Mobilidade Estudantil, em especial com as IFES situadas no Estado do Rio de Janeiro · Incrementar a participação de docentes e discentes em programas de intercâmbio acadêmico no país e no exterior
Adotar política de avaliação permanente da formação propiciada pelos cursos	<ul style="list-style-type: none"> · Organizar e manter atualizado o banco de dados dos cursos de educação profissional técnica e de graduação · Acompanhar permanentemente os resultados de desempenho acadêmico dos alunos · Efetivar o processo de avaliação institucional dos cursos segundo orientações vigentes (p.ex., SINAES, ENADE, na graduação) · Implementar procedimentos de avaliação interna dos cursos · Realizar avaliações curriculares continuadas

Metas	2010	2011	2012	2013	2014
1. Implantar cursos de educação profissional técnica de nível médio e de graduação no conjunto das Unidades de Ensino					
2. Consolidar convênios de intercomplementaridade ensino médio – educação profissional técnica					
3. Aumentar as matrículas dos cursos regulares oferecidos pela Instituição					
4. Reduzir, progressivamente, as taxas de evasão dos cursos					
5. Efetivar a reestruturação acadêmica da área de ensino					
6. Implementar as diretrizes curriculares e normas didático-pedagógicas orientadas pelo projeto pedagógico institucional					
7. Constituir espaços de discussão acadêmica e de capacitação docente para aperfeiçoamento da formação no campo do saber tecnológico					
8. Assegurar a qualidade das condições de infraestrutura e de recursos humanos e pedagógicos para o desenvolvimento dos cursos					
9. Ampliar as oportunidades de mobilidade estudantil e de participação em projetos que impactem na formação com relevância acadêmica e social					
10. Desenvolver processo permanente de acompanhamento e avaliação da qualidade de ensino					

As tabelas a seguir apresentam: (i) a projeção de oferta anual de vagas de ingresso nas séries ou semestres iniciais de ensino médio, educação profissional técnica de nível médio e graduação, em cursos existentes e a serem implantados nas Unidades de Ensino no período 2010-2014, consideradas as diferentes formas de processo seletivo, entre os quais os convênios de intercomplementaridade e outros procedimentos adotados para tornar mais inclusivo o acesso aos cursos oferecidos pela Instituição; (ii) o quantitativo da matrícula anual projetada para o período 2010-2014 nas Unidades de Ensino.⁸

Projeção de oferta anual de vagas de ingresso nas séries ou semestres iniciais dos cursos

Unidade Maracanã																					
CURSOS	2010		2011		2012		2013		2014												
	Diur.	Notur.	Diur.	Notur.	Diur.	Notur.	Diur.	Notur.	Diur.	Notur.											
ENSINO MÉDIO																					
Total											-										
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO																					
Eixo Tecnológico	Técnico em																				
Infraestrutura	Edificações		120	50	120	50	120	50	120	50	120	50									
	Estradas		60	-	60	-	60	-	60	-	60	-									
Ambiente, Saúde e Segurança	Meteorologia		30	-	30	-	30	-	30	-	30	-									
	Segurança do Trabalho		60	50	60	50	60	50	60	50	60	50									
Controle e Processos Industriais	Segurança do Trabalho (EaD)		-		250		250		250		250										
	Eletrônica		120	-	120	-	120	-	120	-	120	-									
	Eletrotécnica		120	50	120	50	120	50	120	50	120	50									
Informação e Comunicação	Mecânica		240	50	120	50	120	50	120	50	120	50									
	Informática		60	-	60	-	60	-	60	-	60	-									
Gestão e Negócios	Telecomunicações		60	50	60	90	60	50	60	50	60	50									
	Administração		30	-	30	-	30	-	30	-	30	-									
Turismo e Hospitalidade	Turismo e Entretenimento		30	-	30	-	30	-	30	-	30	-									
Subtotal											930	250	810	290	810	250	810	250	810	250	
Total											1.180		1.350		1.310		1.310		1.310		
SUPERIORES DE TECNOLOGIA																					
Eixo Tecnológico	Técnico em																				
Meio Ambiente e Tecnologia da Saúde	Gestão Ambiental		-	80	-	80	-	80	-	80	-	80									
Informática e Telecomunicação	Sistemas para Internet		-	40	-	80	-	80	-	80	-	80									
Total											-	120	-	160	-	160	-	160	-	160	
BACHARELADO																					
Administração Industrial												100	-	100	-	100	-	100	-	100	-
Engenharia de Produção												100	-	100	-	100	-	100	-	100	-
Engenharia Industrial Elétrica (Eletrotécnica)												40	-	40	-	40	-	40	-	40	-
Engenharia Industrial Elétrica (Eletrônica)												40	-	40	-	40	-	40	-	40	-
Engenharia Industrial Elétrica (Telecomunicações)												40	-	40	-	40	-	40	-	40	-
Engenharia Industrial Mecânica												100	-	100	-	100	-	100	-	100	-
Engenharia Industrial de Controle e Automação												40	-	40	-	40	-	40	-	40	-
Engenharia Civil												80	-	80	-	80	-	80	-	80	-
Total											540	-	540	-	540	-	540	-	540	-	

Fonte: DIREN

⁸ Observe-se que as projeções apresentam uma perspectiva conservadora, de vez que alguns cursos estão em fase de integralização de currículo, com conseqüente incremento e estabilização de número de matrículas. As novas Unidades de Ensino já têm projeto pedagógico para criação de novos cursos, condicionada sua implantação à autorização de concurso e provimento de cargos docentes e técnico-administrativos.

Unidade Nova Iguaçu											
CURSOS	2010		2011		2012		2013		2014		
	Diur.	Notur.	Diur.	Notur.	Diur.	Notur.	Diur.	Notur.	Diur.	Notur.	
ENSINO MÉDIO											
Total											
	144	-	144	-	144	-	144	-	144	-	
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO											
Eixo Tecnológico	Técnico em										
Ambiente, Saúde e Segurança	Enfermagem										
	72	-	72	-	72	-	72	-	72	-	
Controle e Processos Industriais	Eletromecânica										
	72	-	72	-	72	-	72	-	72	-	
Informação e Comunicação	Informática										
		72	-	72	-	72	-	72	-	72	-
	Telecomunicações										
	72	-	72	-	72	-	72	-	72	-	
Total											
	288	-	288	-	288	-	288	-	288	-	
BACHARELADO											
Engenharia de Produção											
	-	36	-	72	-	72	-	72	-	72	
Engenharia Industrial de Controle e Automação											
	-	72	-	72	-	72	-	72	-	72	
Total											
	-	108	-	144	-	144	-	144	-	144	

Fonte: DIREN

Unidade Maria da Graça											
CURSOS	2010		2011		2012		2013		2014		
	Diur.	Notur.	Diur.	Notur.	Diur.	Notur.	Diur.	Notur.	Diur.	Notur.	
ENSINO MÉDIO											
Convênio com a Secretaria Estadual de Educação: Colégio Estadual Prof. Horácio Macedo											
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO											
Eixo Tecnológico	Técnico em										
Ambiente, Saúde e Segurança	Segurança do Trabalho										
	80	-	80	-	80	-	80	-	80	-	
Controle e Processos Industriais	Automação Industrial										
		80	-	80	-	80	-	80	-	80	-
	Manutenção Automotiva										
	80	35	80	35	80	35	80	35	80	35	
Total											
	240	35	240	35	240	35	240	35	240	35	

Fonte: DIREN

Unidade Petrópolis											
CURSOS	2010		2011		2012		2013		2014		
	Diur.	Notur.	Diur.	Notur.	Diur.	Notur.	Diur.	Notur.	Diur.	Notur.	
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO											
Eixo Tecnológico	Técnico em										
Informação e Comunicação	Telecomunicações – TV Digital										
	70	-	70	-	70	-	70	-	70	-	
Total											
	70	-	70	-	70	-	70	-	70	-	
SUPERIORES DE TECNOLOGIA											
Eixo Tecnológico	Técnico em										
Hospitalidade e Lazer	Gestão de Turismo										
	-	80	-	80	-	80	-	80	-	80	
Total											
	-	80	-	80	-	80	-	80	-	80	
LICENCIATURA											
Física											
	-	80	-	80	-	80	-	80	-	80	
Total											
	-	80	-	80	-	80	-	80	-	80	

Fonte: DIREN

Unidade Nova Friburgo												
CURSOS		2010		2011		2012		2013		2014		
		Diur.	Notur.	Diur.	Notur.	Diur.	Notur.	Diur.	Notur.	Diur.	Notur.	
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO												
Eixo Tecnológico	Técnico em											
Informação e Comunicação	Informática		40	-	40	-	80	-	80	-	80	-
Total			40	-	40	-	80	-	80	-	80	-
SUPERIORES DE TECNOLOGIA												
Eixo Tecnológico	Técnico em											
Hospitalidade e Lazer	Gestão de Turismo		-	80	-	80	-	80	-	80	-	80
Total			-	80	-	80	-	80	-	80	-	80
LICENCIATURA												
Física			-	80	-	80	-	80	-	80	-	80
Total			-	80	-	80	-	80	-	80	-	80

Fonte: DIREN

Unidade Itaguaí												
CURSOS		2010		2011		2012		2013		2014		
		Diur.	Notur.	Diur.	Notur.	Diur.	Notur.	Diur.	Notur.	Diur.	Notur.	
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO												
Eixo Tecnológico	Técnico em											
Infraestrutura	Portos		-	80	-	80	-	80	-	80	-	80
Controle e Processos Industriais	Mecânica		40	-	80	-	80	-	80	-	80	-
Total			40	80	80	80	80	80	80	80	80	80
BACHARELADO												
Engenharia Mecânica			-	40	-	80	-	80	-	80	-	80
Total			-	40	-	80	-	80	-	80	-	80

Fonte: DIREN

Unidade Angra dos Reis												
CURSOS		2010		2011		2012		2013		2014		
		Diur.	Notur.	Diur.	Notur.	Diur.	Notur.	Diur.	Notur.	Diur.	Notur.	
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO												
Eixo Tecnológico	Técnico em											
Controle e Processos Industriais	Mecânica		40	-	80	-	80	-	80	-	80	-
Total			40	-	80	-	80	-	80	-	80	-
BACHARELADO												
Engenharia Mecânica			-	-	-	40	-	80	-	80	-	80
Total			-	-	-	40	-	80	-	80	-	80

Fonte: DIREN

Unidade Valença												
CURSOS		2010		2011		2012		2013		2014		
		Diur.	Notur.	Diur.	Notur.	Diur.	Notur.	Diur.	Notur.	Diur.	Notur.	
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO												
Eixo Tecnológico	Técnico em											
Produção Alimentícia	Agroindústria		40	-	80	-	80	-	80	-	80	-
Informação e Comunicação	Informática		-	-	-	-	40	-	80	-	80	-
Total			40	-	80	-	120	-	160	-	160	-

Fonte: DIREN

Quantitativo da matrícula anual projetada para o período 2010-2014

Unidade Maracanã												
CURSOS	2010		2011		2012		2013		2014			
	Diur.	Notur.	Diur.	Notur.	Diur.	Notur.	Diur.	Notur.	Diur.	Notur.		
ENSINO MÉDIO												
Total												
1.105 - 1.105 - 1.105 - 1.105 - 1.105 -												
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO												
Eixo Tecnológico	Técnico em											
Infraestrutura	Edificações		459	106	459	106	459	106	459	106	459	106
	Estradas		102	-	102	-	102	-	102	-	102	-
Ambiente, Saúde e Segurança	Meteorologia		128	-	128	-	128	-	128	-	128	-
	Segurança do Trabalho		212	130	212	130	212	130	212	130	212	130
Controle e Processos Industriais	Segurança do Trabalho (EaD)		253		253		253		253		253	
	Eletrônica		420	-	420	-	420	-	420	-	420	-
	Eletrotécnica		330	92	330	92	330	92	330	92	330	92
	Mecânica		670	90	670	90	670	90	670	90	670	90
Informação e Comunicação	Informática		304	-	304	-	304	-	304	-	304	-
	Telecomunicações		187	63	187	63	187	63	187	63	187	63
Gestão e Negócios	Administração		198	-	198	-	198	-	198	-	198	-
Turismo e Hospitalidade	Turismo e Entretenimento		237	-	237	-	237	-	237	-	237	-
Subtotal			3.247	481	3.247	481	3.247	481	3.247	481	3.247	481
Total			3.981	3.981	3.981	3.981	3.981	3.981	3.981	3.981	3.981	
SUPERIORES DE TECNOLOGIA												
Eixo Tecnológico	Técnico em											
Meio Ambiente e Tecnologia da Saúde	Gestão Ambiental		-	192	-	192	-	192	-	192	-	192
Informática e Telecomunicação	Sistemas para Internet		-	184	-	184	-	184	-	184	-	184
Total			-	376	-	376	-	376	-	376	-	376
BACHARELADO												
Administração Industrial			426	-	426	-	426	-	426	-	426	-
Engenharia de Produção			404	-	404	-	404	-	404	-	404	-
Engenharia Industrial Elétrica (Eletrotécnica)			209	-	209	-	209	-	209	-	209	-
Engenharia Industrial Elétrica (Eletrônica)			171	-	171	-	171	-	171	-	171	-
Engenharia Industrial Elétrica (Telecomunicações)			172	-	172	-	172	-	172	-	172	-
Engenharia Industrial Mecânica			495	-	495	-	495	-	495	-	495	-
Engenharia Industrial de Controle e Automação			142	-	142	-	142	-	142	-	142	-
Engenharia Civil			198	-	278	-	318	-	318	-	318	-
Total			2.217	-	2.297	-	2.317	-	2.317	-	2.317	-

Fonte: DIREN

Unidade Nova Iguaçu												
CURSOS	2010		2011		2012		2013		2014			
	Diur.	Notur.	Diur.	Notur.	Diur.	Notur.	Diur.	Notur.	Diur.	Notur.		
ENSINO MÉDIO												
Total												
420 - 420 - 420 - 420 - 420 -												
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO												
Eixo Tecnológico	Técnico em											
Ambiente, Saúde e Segurança	Enfermagem		198	-	198	-	198	-	198	-	198	-
Controle e Processos Industriais	Eletromecânica		209	-	209	-	209	-	209	-	209	-
Informação e Comunicação	Informática		194	-	194	-	194	-	194	-	194	-
	Telecomunicações		204	-	204	-	204	-	204	-	204	-
Total			805	-	805	-	805	-	805	-	805	-
BACHARELADO												
Engenharia de Produção			-	201	-	201	-	201	-	201	-	201
Engenharia Industrial de Controle e Automação			-	214	-	214	-	214	-	214	-	214
Total			-	415	-	415	-	415	-	415	-	415

Fonte: DIREN

Unidade Maria da Graça										
CURSOS	2010		2011		2012		2013		2014	
	Diur.	Notur.	Diur.	Notur.	Diur.	Notur.	Diur.	Notur.	Diur.	Notur.
ENSINO MÉDIO										
Convênio com a Secretaria Estadual de Educação: Colégio Estadual Prof. Horácio Macedo										
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO										
Eixo Tecnológico	Técnico em									
Ambiente, Saúde e Segurança	Segurança do Trabalho									
	226	-	226	-	226	-	226	-	226	-
Controle e Processos Industriais	Automação Industrial									
	172	-	172	-	172	-	172	-	172	-
	Manutenção Automotiva									
	151	29	151	29	151	29	151	29	151	29
Total	549	29	549	29	549	29	549	29	549	29

Fonte: DIREN

Unidade Petrópolis										
CURSOS	2010		2011		2012		2013		2014	
	Diur.	Notur.	Diur.	Notur.	Diur.	Notur.	Diur.	Notur.	Diur.	Notur.
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO										
Eixo Tecnológico	Técnico em									
Informação e Comunicação	Telecomunicações – TV Digital									
	147	-	183	-	183	-	183	-	183	-
Total	147	-	183	-	183	-	183	-	183	-
SUPERIORES DE TECNOLOGIA										
Eixo Tecnológico	Técnico em									
Hospitalidade e Lazer	Gestão de Turismo									
	-	139	-	179	-	179	-	179	-	179
Total	-	139	-	179	-	179	-	179	-	179
LICENCIATURA										
Física	-	78	-	158	-	198	-	198	-	198
Total	-	78	-	158	-	198	-	198	-	198

Fonte: DIREN

Unidade Nova Friburgo										
CURSOS	2010		2011		2012		2013		2014	
	Diur.	Notur.	Diur.	Notur.	Diur.	Notur.	Diur.	Notur.	Diur.	Notur.
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO										
Eixo Tecnológico	Técnico em									
Informação e Comunicação	Informática									
	113	-	153	-	153	-	153	-	153	-
Total	113	-	153	-	153	-	153	-	153	-
SUPERIORES DE TECNOLOGIA										
Eixo Tecnológico	Técnico em									
Hospitalidade e Lazer	Gestão de Turismo									
	-	89	-	129	-	129	-	129	-	129
Total	-	89	-	129	-	129	-	129	-	129
LICENCIATURA										
Física	-	65	-	145	-	185	-	185	-	185
Total	-	65	-	145	-	185	-	185	-	185

Fonte: DIREN

Unidade Itaguaí											
CURSOS	2010		2011		2012		2013		2014		
	Diur.	Notur.	Diur.	Notur.	Diur.	Notur.	Diur.	Notur.	Diur.	Notur.	
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO											
Eixo Tecnológico	Técnico em										
Infraestrutura	Portos										
Controle e Processos Industriais	Mecânica										
Total	40	103	120	140	200	160	240	160	240	160	160
BACHARELADO											
Engenharia Mecânica	-	40	-	120	-	200	-	280	-	360	
Total	-	40	-	120	-	200	-	280	-	360	360

Fonte: DIREN

Unidade Angra dos Reis											
CURSOS	2010		2011		2012		2013		2014		
	Diur.	Notur.	Diur.	Notur.	Diur.	Notur.	Diur.	Notur.	Diur.	Notur.	
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO											
Eixo Tecnológico	Técnico em										
Controle e Processos Industriais	Mecânica										
Total	40	-	120	-	200	-	240	-	240	-	-
BACHARELADO											
Engenharia Mecânica	-	-	-	40	-	120	-	200	-	280	
Total	-	-	-	40	-	120	-	200	-	280	280

Fonte: DIREN

Unidade Valença											
CURSOS	2010		2011		2012		2013		2014		
	Diur.	Notur.	Diur.	Notur.	Diur.	Notur.	Diur.	Notur.	Diur.	Notur.	
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO											
Eixo Tecnológico	Técnico em										
Produção Alimentícia	Agroindústria										
Informação e Comunicação	Informática										
Total	40	-	120	-	240	-	360	-	440	-	-

Fonte: DIREN

Atividades de pesquisa e ensino de pós-graduação

As atividades pesquisa e de pós-graduação do CEFET/RJ têm sua orientação no âmbito da DIPPG, órgão responsável pela coordenação, planejamento, avaliação e controle dessas atividades nas diferentes unidades do Sistema *Multicampi*.

O desenvolvimento da pesquisa leva em consideração o caráter público da Instituição e a busca de articulação com o ensino e a extensão. Essa atividade, formalizada em 1986 com a criação do Núcleo de Pesquisa Tecnológica (NPT), foi sendo construída, de forma gradativa e consistente, a partir das competências institucionais, inserindo-se nas políticas de pesquisa e desenvolvimento do país. Tem como orientação a sustentabilidade global, abrangendo as dimensões sociais, culturais, econômicas, ambientais e outras. Focaliza sua atuação no desenvolvimento local e regional, sem negligenciar as demandas da nação como um todo.

A sistematização das atividades de pesquisa segue um conjunto de normas, critérios e procedimentos internos que regulamentam a estruturação de grupos de pesquisa, o desenvolvimento de projetos e a participação nos programas de Iniciação Científica e Iniciação Tecnológica.

Abrangendo projetos vinculados às linhas de pesquisa dos Grupos de Pesquisa do CEFET/RJ cadastrados no Diretório dos Grupos de Pesquisa do CNPq e outros projetos, isolados, a institucionalização das atividades se dá a partir de um banco de dados em que são cadastrados os Projetos de Pesquisa desenvolvidos por professores e alunos. O cadastramento dos projetos é realizado na COPET, que, ao receber e centralizar as informações, tem favorecidos o acompanhamento e a avaliação dos mesmos. Alguns desses projetos, ou conjunto de projetos, são também vinculados aos Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu*.

No período 2005-2009 registrou-se um aumento importante do número de grupos e projetos, reflexo do amadurecimento e crescimento da pesquisa na Instituição.

Nº de docentes e discentes envolvidos nos Grupos de Pesquisa cadastrados no CNPq	
Grupos cadastrados	22
Docentes envolvidos	111
Discentes envolvidos	132

Fonte: DIPPG/COPET, dez. 2009

Nº de docentes e discentes envolvidos nos Projetos de Pesquisa	
Projetos de pesquisa	120
Docentes envolvidos	133
Discentes envolvidos	147

Fonte: DIPPG/COPET, dez. 2009

Nº de bolsas por tipo e órgão financiador			
Órgão financiador	Tipo de bolsa	Iniciação Científica	Iniciação Tecnológica
CNPq		30	-
CEFET/RJ		50	23
	Total	80	23

Fonte: DIPPG/COPET, dez. 2009

Para o desenvolvimento dessas atividades, além dos laboratórios de ensino, os grupos contam com laboratórios de pesquisa, especificamente dedicados, verificando-se, também nesse aspecto, a progressão de investimentos. Em 2009, o Centro de Custos da DIPPG alcançou 20% do orçamento do CEFET/RJ aplicado em investimento. Grande parte desses recursos foi utilizada para ampliar e modernizar a infraestrutura demandada pelos grupos de pesquisa, mediante editais internos baseados em indicadores de produtividade. Tais recursos somam-se àqueles captados pelos pesquisadores da Instituição junto aos órgãos de fomento como FINEP, CNPq, FAPERJ e CAPES. Os resultados da pesquisa desenvolvida são disseminados na produção intelectual publicada em diversos veículos, entre os quais periódicos internacionais de alto impacto.

Grupos de Pesquisa do CEFET/RJ cadastrados no Diretório de Grupos do CNPq		
Grupos de Pesquisa	Grande Área	Linhas de Pesquisa
Integridade Estrutural	Engenharia	Modelagem e Simulação Numérica Fratura e Fadiga Medições de Engenharia e Análise de Tensões Materiais/Soldagem
Automação	Engenharia	Modernização de Processos Tecnológicos
Gestão da Tecnologia	Engenharia	Inovações Tecnológicas Gestão da Inovação e Informação Tecnológica
Meio Ambiente e Eficiência Energética	Engenharia	Conforto Ambiental Inovações Tecnológicas Modernização de Processos Tecnológicos
Ultrassom	Engenharia	Ultrassom aplicado a Ensaios Não-destrutivos e Bioengenharia Integridade estrutural Modernização de Processos Tecnológicos
Laboratório de Aprendizagem	Engenharia	Inovações Tecnológicas Análise de Desempenho do Sistema de Segurança Aeroportuário Jogos de Negócios Finanças Empresariais
Gestão do Conhecimento e da Inovação	Engenharias; Engenharia de Produção	Gestão do Conhecimento e da Inovação Gestão do Conhecimento na Cadeia de Suprimentos
Desenvolvimento e Normalização da Produção	Engenharia	Desenvolvimento de Tecnologias Integradas a Produtos e Processos Organização e Gestão da Produção
Novas Tecnologias Aplicadas ao Ensino de Ciências e Matemática	Ciências Humanas	Novas Tecnologias no Ensino de Física Novas Tecnologias no Ensino de Matemática
Transmissão Digital e Comunicações Eletrônicas	Engenharia	Antenas Inteligentes Circuitos Eletrônicos para Telecomunicações Propagação
Matemática Aplicada à Física e à Engenharia	Ciências Exatas e da Terra	Confiabilidade de Sistemas Controle de Sistemas Quânticos Controle e Dinâmica Não-linear Métodos Numéricos Aplicados
Física Experimental e Aplicada	Ciências Exatas e da Terra	Armadilha Penning para Elétrons e Ions Física Atômica e Molecular Física de Plasmas e Polímeros Física Nuclear Teórica Astrofísica Nuclear Sonoluminescência Fotofragmentação e Fotodissociação Pesquisa Básica Experimental na Área de Física Atômica e Molecular com Aceleradores Teoria em Física Atômica e Molecular
Interações Fundamentais	Ciências Exatas e da Terra	Campos Tensoriais de Calibre e P-formas de Matéria Configurações Topológicas em Teoria de Campos Mecânica Quântica Supersimétrica Métodos Matemáticos da Física Modelos Bidimensionais Modelos e Fenomenologia das Interações Hadrônicas Regularização Dimensional e Anomalias em Teorias Quânticas de Campos Relatividade Geral Supersimetria e Supergravidade Teoria de Campos Aplicada a Sistemas de Matéria Condensada Teoria de Campos com Violação das Simetrias de Lorentz e CPT Teoria de Campos em Espaços Planos e Curvos Teorias Eletromagnéticas e Gravitacionais de Ordem Superior Teorias Eletromagnéticas e Gravitacionais Topológicas em $D=1+2$
Laboratório de Difusão de Ciência e Tecnologia	Ciências Humanas	Anima Física Produção e Avaliação de Materiais Paradidáticos de História e Filosofia da Ciência Projeto Alpoim
GEOS – Gestão e Engenharia de Operações e Sistemas	Engenharias; Engenharia de Produção	Gestão da Inovação e Educação Tecnológica Gestão da Produção e da Cadeia de Suprimentos, de Operações e Processo e de Engenharia de Operações Métodos Computacionais e Quantitativos Aplicados a Operações
Afro-Brasileiros, Discurso, Estudos Literários e Culturais	Linguística, Letras e Artes; Letras	Discurso e Mídia Estudos de Literatura
Instrumentação Inteligente	Engenharias; Engenharia Elétrica	Reconhecimento de Padrões Processamento de Sinais Processamento de Imagens
Usinagem e Conformação Termomecânica	Engenharias; Engenharia Mecânica	Deformação a Frio e Evolução Microestrutural de Materiais Metálicos Modelagem e Monitoramento de Forças de Usinagem Modelagem Não-linear dos Processos de Usinagem Recozimento Magnético
Dispositivos e Sistemas Ópticos		Amplificadores Ópticos
EMMA – Estudos em Modelagem Matemática	Ciências Exatas e da Terra; Matemática	Método dos Elementos de Contorno Biomatemática Aplicada à Epidemiologia
GAIC – Grupo de Automação, Instrumentação e Controle	Engenharias; Engenharia Elétrica	Análise e Desenvolvimento de Estratégias de Controle Avançado Controle Cooperativo, Agentes Autônomos e Formação Controle e Automação de Processos Industriais Instrumentação, Sensoriamento e Atuação Avançados Robótica em Escalas Nanométricas Robótica Industrial Robótica Submarina e Robótica de Serviço

Fonte: DIPPG/DEPEQ/COPET, 2009

Os alunos dos cursos de graduação e de educação profissional de nível técnico têm o seu primeiro contato formal com as atividades de pesquisa ao participarem do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) e do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Tecnológica (PIBIT), respectivamente, com bolsas financiadas pelo CNPq e pelo próprio CEFET/RJ. O ingresso nesses programas se dá mediante edital de seleção, e o acompanhamento e a avaliação dos programas são realizados por um Comitê Interno e Externo, conforme regras estabelecidas pelo órgão de fomento. Os resultados dos projetos de Iniciação Científica e de Iniciação Tecnológica são apresentados pelos alunos nos Seminários de Iniciação Científica e Tecnológica do CEFET/RJ, evento anual promovido pela Instituição.

É fato reconhecido o fortalecimento da política de institucionalização das atividades de pesquisa no Centro, estendendo-se o entendimento a todas as Unidades de Ensino de que o incentivo à pesquisa científica e tecnológica responde ao objetivo de contribuir para o avanço do conhecimento, para a solução de problemas do setor produtivo e de desenvolvimento regional nas áreas em que o Centro atua e, também, para o aperfeiçoamento da formação profissional realizada nos diferentes níveis – da educação básica à pós-graduação. Corresponde à natureza do ensino de pós-graduação seu desenvolvimento a partir da pesquisa. O projeto pedagógico de Universidade Tecnológica deverá reafirmar a verticalização e a integração das atividades de ensino, pesquisa e extensão como característica metodológica de formação na área tecnológica, potencializando o engajamento de docentes e discentes dos cursos regulares do Centro em projetos institucionais de pesquisa.

Em se tratando do ensino de pós-graduação, sua implantação e consolidação no CEFET/RJ guarda estreita relação com o desenvolvimento da pesquisa. Data de 1992 o primeiro Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, com o curso de Mestrado em Tecnologia, que, de acordo com a legislação vigente à época, começou a funcionar experimentalmente, pleiteando em seguida a avaliação da CAPES. Teve início, assim, a construção de um referencial teórico que apoiaria não só a proposta do Programa em Tecnologia, mas também a atuação da Pesquisa e da Pós-Graduação.

Seguindo os mesmos princípios das atividades de pesquisa, o ensino de pós-graduação do CEFET/RJ orienta-se pelo que preconizam as políticas públicas e se encontra alinhado com os objetivos estabelecidos no Plano de Desenvolvimento Institucional e no IV Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG 2005-2010), formando recursos humanos qualificados para atuar nos meios acadêmico, empresarial e governamental.

No final de 2009, este era o quadro dos programas e cursos de pós-graduação *stricto sensu* desenvolvidos na Instituição:

- Programa de Pós-Graduação em Tecnologia (PPTEC): curso de Mestrado em Tecnologia;
- Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Matemática (PPECM): curso de Mestrado Profissional em Ensino de Ciências e Matemática;
- Programa de Pós-Graduação em Engenharia Mecânica e Tecnologia de Materiais (PPEMM): curso de Mestrado em Engenharia Mecânica e Tecnologia de Materiais;
- Programa de Pós-Graduação em Engenharia Elétrica (PPEEL): curso de Mestrado em Engenharia Elétrica.

Pós-Graduação <i>Stricto Sensu</i>					
Programa	Curso de mestrado	Ano de reconhecimento do curso pela CAPES	Áreas de concentração	Linhas de pesquisa	Número de titulados até 2009
PPTec	Tecnologia	1999	· Tecnologia, Gestão e Inovação	· Desenvolvimento de Tecnologias Integradas a Produtos e Processos · Organização e Gestão da Produção · Gestão da Inovação e Informação Tecnológica	270
PPECM	Ensino de Ciências e Matemática	2002	· Novas Tecnologias no Ensino de Física · Novas Tecnologias no Ensino de Matemática	· Novas Tecnologias Aplicadas ao Ensino de Física · Novas Tecnologias Aplicadas ao Ensino de Matemática · Novos Conteúdos Interdisciplinares no Ensino de Ciências · Divulgação Científica e Tecnológica	32
PPEMM	Engenharia Mecânica e Tecnologia de Materiais	2007	· Mecânica dos Sólidos e Materiais	· Modelagem e Simulação de Sistemas Mecânicos · Processamento e Caracterização de Materiais	-
PPEEL	Engenharia Elétrica	2008	· Sistemas de Comunicação · Sistemas Eletrônicos Industriais	· Automação e Controle · Processamento de Sinais e Instrumentação · Transmissão Digital e Redes Multi-mídia	-

Fonte: DIPPG, dez.2009

Ainda em 2009, o PPECM submeteu à CAPES a proposta de um curso acadêmico novo – Mestrado em Ciência, Tecnologia e Educação –, tendo sido obtida a sua recomendação de funcionamento. Além deste, prevê-se a criação de outros cursos de mestrado e doutorado, conforme demanda consolidada do CEFET/RJ enviada à ANDIFES, também em 2009, no âmbito do Programa de Apoio à Pós-Graduação das IFES (PAPG-IFES).

Coerentemente com a orientação das atividades de pesquisa e dos cursos de pós-graduação *stricto sensu*, a estratégia adotada em relação às oportunidades de pós-graduação *lato sensu* é desenvolver sua oferta de modo a atender a demandas presentes na sociedade, à vocação institucional em suas diversas áreas e à concepção de educação tecnológica defendida pelo Centro.

Durante muitos anos, o CEFET/RJ ofereceu regularmente um curso de especialização em Engenharia de Segurança do Trabalho. No período em que passou a dispor de ações realizadas com o apoio de fundações criadas no âmbito da Lei n. 8.958, de 20 de dezembro de 1994, teve o elenco de cursos de pós-graduação *lato sensu* bastante ampliado.

Atualmente, vigora a diretriz institucional de gratuidade na realização de cursos de pós-graduação *lato sensu*, tal como acontece para os cursos de mestrado e doutorado das instituições públicas de educação superior.

Nessa perspectiva, o CEFET/RJ participou do edital da Universidade Aberta do Brasil (UAB), com vistas a engajar-se nessa iniciativa de política pública que visa à democratização, expansão e interiorização da oferta de ensino superior público e gratuito no País, assim como ao desenvolvimento de projetos de pesquisa e de metodologias inovadoras de ensino, preferencialmente para a área de formação inicial e continuada de professores da educação básica. Essa participação resultou na aprovação de um curso de pós-graduação *lato sensu* em Educação Tecnológica, na modalidade a distância, iniciado em 2008.

Na mesma ocasião, mediante edital interno, foram selecionados quatro cursos, que tiveram início em 2009: Relações Étnico-Raciais e Educação: uma Proposta de (Re)Construção do Imaginário Social; Novas Tecnologias Aplicadas ao Estudo de Biosistemas; Cultura(s) na América Latina: por uma Educação do Olhar; e Gestão Patrimonial e Ambiental em Turismo.

As tabelas a seguir apresentam a projeção de oferta anual de vagas de ingresso nos cursos de pós-graduação existentes e a serem implantados no período 2010-2014.

Projeção de oferta de cursos e de vagas de ingresso nos cursos de pós-graduação <i>stricto sensu</i>					
	2010	2011	2012	2013	2014
Nº de Cursos					
Mestrado	5	6	6	6	6
Doutorado	-	-	1	1	2
Nº de Vagas de Ingresso					
Mestrado	100	112	112	112	112
Doutorado	-	-	10	10	20

Fonte: DIPPG

Projeção de oferta de cursos e de vagas de ingresso nos cursos de pós-graduação <i>lato sensu</i>					
	2010	2011	2012	2013	2014
Nº de Cursos					
Presenciais	4	5	5	6	6
Na modalidade de educação a distância (UAB)	1	1	2	2	2
Nº de Vagas de Ingresso					
Presenciais	70	100	100	120	120
Na modalidade de educação a distância (UAB)	200	250	200	200	200

Fonte: DIPPG e DIREN

Reconhecendo as iniciativas em relação à consolidação da pesquisa e do ensino de pós-graduação na Instituição e reafirmando a importância dessas atividades acadêmicas no projeto pedagógico que adota os princípios de integração e verticalização na formação de profissionais da área tecnológica, a diretriz de ampliação, aperfeiçoamento e sustentabilidade das atividades de pesquisa e de ensino de pós-graduação assim se apresentam:

Objetivo 1. Fortalecer a institucionalização da atividade de pesquisa como produção do conhecimento e componente acadêmico dinamizador da formação na área tecnológica

Estratégias	Ações
<p>Consolidar e difundir, interna e externamente, a política de pesquisa da Instituição</p>	<ul style="list-style-type: none"> · Reafirmar os pressupostos da política institucional de pesquisa na discussão e elaboração do projeto pedagógico · Garantir o desenvolvimento de projetos e atividades de pesquisa na Instituição consoante normatização e implantação de procedimentos submetidos à aprovação dos Conselhos competentes · Realizar reuniões, seminários internos e outros eventos de divulgação da atividade de pesquisa na Instituição · Manter atualizado o Portal da DIPPG com documentos e informações relacionados às atividades de pesquisa · Definir e adotar mecanismos de incentivo à participação da comunidade interna nas atividades de pesquisa · Estabelecer diretrizes de alocação das atividades de pesquisa no plano de trabalho dos docentes · Estabelecer diretrizes de capacitação de docentes e técnicos-administrativos, bem como de contratação de novos docentes e técnicos, considerada a ampliação do quadro de pesquisadores (mestres e doutores) em áreas consolidadas, em consolidação e em formação/emergentes · Implantar evento anual para a divulgação das atividades de pesquisa e pós-graduação desenvolvidas no conjunto das Unidades de Ensino · Participar dos fóruns de desenvolvimento científico-tecnológico e pesquisa pertinentes, a exemplo do Fórum dos Reitores de Pesquisa e Pós-Graduação da ANDIFES e do Colégio de Pró-Reitores de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação das IFES · Definir e implementar mecanismos de visibilidade externa do desenvolvimento da pesquisa na Instituição, no sentido de seu reconhecimento como uma IFES com competência nas atividades de pesquisa e pós-graduação · Apresentar projetos em editais de órgãos públicos de fomento à pesquisa · Estimular articulações interinstitucionais em âmbito nacional e internacional para o desenvolvimento de atividades de pesquisa · Incentivar publicações em periódicos e anais de congressos viabilizadas pela participação em eventos técnicos-científicos

<p>Apoiar os grupos de pesquisa e projetos existentes e o surgimento de novos grupos e projetos</p>	<ul style="list-style-type: none"> · Melhorar e expandir a infraestrutura de pesquisa mediante aquisição de novos equipamentos, criação de novos laboratórios, alocação de salas para docentes-pesquisadores, contratação/disponibilização de técnicos e bolsistas para os laboratórios · Financiar, com recursos próprios da Instituição, atividades dos Grupos de Pesquisa e projetos, consoante critérios estabelecidos no âmbito da DIPPG e aprovados pelo COPEP · Apresentar anualmente editais e chamadas com definição de critérios de alocação de recursos aprovados pelo COPEP, tendo em vista a submissão de demandas por parte dos grupos de pesquisa e/ou de pesquisadores da Instituição · Captar recursos externos junto a órgãos de fomento e outros para consolidação dos grupos existentes e apoio a grupos emergentes · Ampliar os programas de bolsas de apoio à pesquisa em suas diferentes vertentes · Estabelecer convênios e parcerias (nacionais e internacionais) com outros grupos de pesquisa e com instituições de pesquisa · Financiar e acompanhar os processos de desenvolvimento de produtos e patentes mediante atuação do NIT
<p>Investir nas condições de realização de atividades de pesquisa nas novas Unidades de Ensino</p>	<ul style="list-style-type: none"> · Identificar o potencial de recursos humanos e capacidade instalada, em cada nova Unidade de Ensino, para responder a demandas locais e regionais de conhecimento científico-tecnológico · Fomentar, nas Unidades de Ensino, a criação de novas linhas de pesquisa e a integração de pesquisadores nas linhas de pesquisa já existentes no Sistema CEFET/RJ, respeitando os requisitos institucionais estabelecidos no âmbito da DIPPG · Estabelecer edital específico para as novas Unidades de Ensino, visando à alocação de recursos em apoio a atividades de pesquisa e criação de novos grupos · Estabelecer convênios e parcerias específicos ao desenvolvimento da pesquisa em cada Unidade · Integrar as atividades de pesquisa ao ensino de graduação e à educação profissional técnica · Apoiar as novas Unidades de Ensino no planejamento, desenvolvimento e acompanhamento/avaliação de projetos de pesquisa · Criar, nas Unidades de Ensino, a Coordenação de Pesquisa e Estudos Tecnológicos (COPET)

<p>Fomentar a participação de alunos em projetos institucionais de pesquisa e desenvolvimento e outros, como componente de integralização curricular</p>	<ul style="list-style-type: none"> · Promover e divulgar as oportunidades de participação discente em atividades de pesquisa · Aumentar o número de bolsas do PIBIC e do PIBIT para alunos de graduação e de educação profissional técnica e ensino médio, respectivamente · Estimular a integração de alunos de diferentes níveis e Unidades de Ensino (PIBIC e PIBIT; Projeto de Final de Curso; Dissertação de Mestrado; etc.) aos grupos de pesquisa e projetos, contribuindo para a verticalização das atividades de pesquisa na Instituição · Estimular a participação discente em eventos técnico-científicos (internos e externos) de interesse dos projetos institucionais de pesquisa e desenvolvimento · Estimular a participação de discentes em missões de estudo e projetos de pesquisa através de parcerias, convênios e intercâmbio com instituições nacionais e internacionais · Valorizar a participação discente em projetos de pesquisa mediante registro acadêmico pertinente no histórico do curso · Fortalecer a realização do Seminário de Iniciação Científica e Tecnológica, evento anual do PIBIC/PIBIT
<p>Consolidar e difundir as ações do Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT)</p>	<ul style="list-style-type: none"> · Definir a política e regulamentação da inovação e transferência de tecnologia na Instituição · Disseminar a cultura da propriedade intelectual e da inovação tecnológica no âmbito da Instituição · Estabelecer mecanismos para viabilizar a Inovação Tecnológica (parcerias com a indústria, escritório de patentes) · Divulgar as oportunidades de atuação em IT na comunidade interna · Dotar o NIT de infraestrutura pertinente · Capacitar pessoal para atuação no NIT · Contratar e fixar técnicos-administrativos dedicados a IT (carreira ANDIFES/FOPROP, participação em projetos) · Concorrer em editais e captar recursos voltados para consolidação e viabilização das atividades do NIT em instituições de Ciência e Tecnologia · Publicizar os resultados institucionais das ações de IT · Incentivar, apoiar e viabilizar o depósito de patentes e registros de softwares e outras formas de proteção à propriedade intelectual bem como à transferência de tecnologia

	<ul style="list-style-type: none"> · Participar do FORTEC e do REPICT e interagir com outras ICT em ações relacionadas a propriedade intelectual e inovação tecnológica · Interagir com a Incubadora Tecnológica, apoiando-a nas questões relativas a propriedade intelectual e inovação tecnológica
Objetivo 2. Aperfeiçoar e garantir a qualidade acadêmica das atividades de pesquisa na Instituição	
Estratégias	Ações
Acompanhar e avaliar permanentemente as atividades de pesquisa realizadas em todas as Unidades de Ensino	<ul style="list-style-type: none"> · Implantar sistemas para acompanhamento da Produção Intelectual observando parâmetros internos (regulamentações institucionais) e externos (CNPq, CAPES, etc.) da produção acadêmica docente e de pesquisadores/técnicos · Manter atualizados os Sistemas de Informação Gerencial no âmbito da pesquisa · Analisar, anualmente, os indicadores de qualidade alcançados na avaliação da pesquisa, para intervir em melhorias, no que couber

Metas	2010	2011	2012	2013	2014
1. Incrementar, gradativamente, o número e o <i>status</i> de grupos cadastrados no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq					
2. Incrementar, em todas as Unidades de Ensino, o número projetos institucionais de pesquisa desenvolvidos por docentes que atuam nos diferentes níveis de ensino					
3. Aumentar o número de bolsas de apoio à pesquisa					
4. Ampliar a participação discente nas atividades de pesquisa					
5. Investir na melhoria de condições de infraestrutura para o desenvolvimento da pesquisa					
6. Investir na contratação e capacitação de pessoal (docentes e técnicos-administrativos) com perfil de pesquisadores					
7. Melhorar os indicadores de produção intelectual					

Objetivo 1. Fortalecer os programas de pós-graduação como ação verticalizada e integrada de ensino e pesquisa nas áreas de formação em que a Instituição atua

Estratégias	Ações
<p>Consolidar e difundir, interna e externamente, a política de pós-graduação da Instituição</p>	<ul style="list-style-type: none"> · Reafirmar os pressupostos da política institucional de pós-graduação na discussão e elaboração do projeto pedagógico · Propor a criação de novos programas de pós-graduação <i>stricto sensu</i> (cursos de mestrado e doutorado) na perspectiva da verticalização de ensino potencializada pela pesquisa, mediante aprovação dos Conselhos competentes · Aumentar a oferta de novos cursos no programa de pós-graduação <i>lato sensu</i>, mediante aprovação dos Conselhos competentes · Implantar evento anual para divulgação das atividades de pesquisa e pós-graduação desenvolvidas na Instituição · Manter representação da pós-graduação do CEFET/RJ nos fóruns pertinentes, a exemplo do Encontro de Coordenadores dos Programas de Pós-Graduação, do Fórum dos Reitores de Pesquisa e Pós-Graduação da ANDIFES e do Colégio de Pró-Reitores de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação das IFES, entre outros eventos voltados ao estabelecimento de diretrizes e políticas para a pós-graduação no país · Expandir a participação de docentes das diferentes Unidades de Ensino nos programas de pós-graduação <i>lato sensu</i> e <i>stricto sensu</i> · Estabelecer diretrizes de alocação das atividades de pós-graduação no plano de trabalho dos docentes · Realizar reuniões, seminários internos e outros eventos de divulgação da pós-graduação na Instituição · Produzir catálogos, folders e outros materiais de divulgação em português e inglês · Aperfeiçoar o sítio da pós-graduação na página da DIPPG, em versão bilíngue · Manter atualizadas as páginas dos programas e dos cursos de pós-graduação no Portal da DIPPG · Introduzir uma seção da pós-graduação no Informativo do CEFET/RJ distribuído a instituições em todo o país · Discutir procedimentos internos da verticalização de ensino mediante matrícula de alunos dos cursos de graduação na pós-graduação · Estabelecer convênios e acordos de cooperação técnica e científica com instituições de ensino e pesquisa em nível nacional e internacional · Promover eventos interinstitucionais

<p>Investir na melhoria de condições de realização de atividades de pós-graduação</p>	<ul style="list-style-type: none"> · Criar o Departamento de Pós-Graduação · Ampliar o quadro de pessoal docente e técnico-administrativo na pós-graduação mediante: realização de concursos considerando o perfil de atuação e as demandas dos programas; adoção da política de contratação de professor visitante e de bolsas para recém-doutor e pós-doutoramento na Instituição; inserção de pessoal da própria Instituição nas atividades da pós-graduação, respeitando exigências mínimas estabelecidas · Melhorar a infraestrutura dos programas de pós-graduação mediante: ampliação de espaço físico; criação de novas salas de aula; alocação de espaços próprios para docentes e discentes; disponibilização crescente dos recursos de informática; criação de novos laboratórios; aquisição de novos equipamentos · Ampliar o acervo de livros e periódicos · Financiar, com recursos próprios da Instituição, atividades dos programas de pós-graduação, consoante critérios estabelecidos no âmbito da DIPPG nos moldes da legislação pertinente, e referendados pelo COPEP e Conselho Diretor · Captar recursos externos junto a órgãos de fomento e outros para consolidação de programas já existentes e criação de novos programas · Estabelecer parcerias intra e interinstitucionais para compartilhamento de infraestrutura e fortalecimento das atividades relacionadas à pós-graduação
<p>Consolidar os programas de pós-graduação <i>stricto sensu</i> existentes</p>	<ul style="list-style-type: none"> · Ampliar o número de bolsas de pós-graduação · Manter atualizadas as normas de credenciamento/recredenciamento docente em cursos de pós-graduação <i>stricto sensu</i>, em consonância com as diretrizes de avaliação estabelecidas pela Capes · Apoiar atividades para cumprimento de metas estabelecidas na avaliação dos programas: publicação em periódicos, depósitos de patentes e registros de softwares, participação em eventos incluindo discentes, realização de pesquisa de campo, etc. · Melhorar os indicadores de avaliação dos programas · Criar curso de doutorado nos programas existentes
<p>Criar novos programas e cursos de pós-graduação <i>stricto sensu</i></p>	<ul style="list-style-type: none"> · Identificar o potencial de criação de novos cursos de pós-graduação <i>stricto sensu</i> relacionados às linhas de pesquisa institucional em resposta a demandas locais e regionais de conhecimento científico-tecnológico, visando à formação de recursos humanos

	<ul style="list-style-type: none"> · Fomentar a criação de novos programas e cursos de pós-graduação <i>stricto sensu</i>, apoiando a consolidação de grupos de pesquisa · Buscar e ampliar interações com outras universidades/instituições para criação de programas e cursos em associação
Estimular a criação de novos cursos de pós-graduação <i>lato sensu</i>	<ul style="list-style-type: none"> · Identificar o potencial de desenvolvimento de cursos de pós-graduação <i>lato sensu</i> relacionados às linhas de pesquisa institucional em resposta a demandas locais e regionais de conhecimento científico-tecnológico, visando à formação de recursos humanos · Estudar a viabilidade de implantação de novos cursos de pós-graduação no âmbito do Programa Universidade Aberta do Brasil
Ampliar a interação da pós-graduação com o ensino de graduação e a educação profissional técnica de nível médio e com as atividades de extensão	<ul style="list-style-type: none"> · Compartilhar laboratórios e outros ambientes acadêmicos · Viabilizar a interação da pós-graduação com alunos de graduação e de ensino médio e técnico em diferentes atividades curriculares: orientação de projeto de final de curso; desenvolvimento de projetos de iniciação científica e de iniciação tecnológica; monitoria ou estágio de docência nos cursos; etc. · Desenvolver projetos associados de ensino, pesquisa e extensão
Objetivo 2. Aperfeiçoar e garantir a qualidade acadêmica dos cursos de pós-graduação na Instituição	
Estratégias	Ações
Acompanhar e avaliar permanentemente os programas e cursos de pós-graduação visando à formação de recursos humanos	<ul style="list-style-type: none"> · Implantar sistema de informação e de autoavaliação para orientar o estabelecimento de políticas e tomadas de decisão · Manter atualizados os dados do Sistema de Informação Gerencial dos programas de pós-graduação <i>stricto sensu</i> – DATACAPES · Acompanhar os programas e cursos observando parâmetros internos (regulamentações institucionais) e externos (CNPq, CAPES, etc.) de avaliação · Analisar, anualmente, os indicadores alcançados na avaliação dos cursos, para intervir em melhorias, no que couber

Metas	2010	2011	2012	2013	2014
1. Melhorar os indicadores de avaliação dos programas e cursos de pós-graduação já existentes					
2. Aumentar o número de bolsas de pós-graduação					
3. Investir na melhoria de condições de infraestrutura para o desenvolvimento da pós-graduação					
4. Investir na contratação de docentes e técnicos-administrativos para os programas de pós-graduação					
5. Criar novos programas e cursos de pós-graduação <i>stricto sensu</i>					
6. Aumentar a oferta de cursos de pós-graduação <i>lato sensu</i>					

Atividades de extensão

As atividades extensão do CEFET/RJ têm sua orientação no âmbito da Diretoria de Extensão (DIREX), órgão responsável pela coordenação, planejamento, avaliação e controle dessas atividades nas diferentes unidades do Sistema *Multicampi*, em consonância com as diretrizes de desenvolvimento das atividades de ensino e de pesquisa e pós-graduação.

Como se afirmou no PDI 2004-2009, a natureza singular do CEFET/RJ – instituição do sistema educacional capaz de contribuir para o desenvolvimento tecnológico e socioeconômico local e regional mediante interação com o setor produtivo – já denota um viés da extensão na finalidade institucional.

Reconhecida como atividade acadêmica na Constituição de 1988, a extensão traduz o compromisso de disponibilização e produção de conhecimentos em resposta a demandas da sociedade e, em se tratando de grupos da população cujas necessidades básicas ainda não foram atendidas, a responsabilidade social de utilização desse conhecimento a serviço da melhoria de condições de sua qualidade de vida.

Na trajetória de ações tipificadas como de extensão, desde a década de 90 o CEFET/RJ vem desenvolvendo, consolidando e fortalecendo experiências exitosas, entendendo esse tipo de realização acadêmica como um processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa e viabiliza a relação transformadora entre a instituição e a sociedade.

Consoante a política e as diretrizes de ação da DIREX, ao se reafirmar, na Instituição, ações de promoção e garantia dos valores democráticos, de igualdade e desenvolvimento social como práxis educativa, a extensão acaba por favorecer o processo dialético teoria-prática e a interdisciplinaridade, princípios político-pedagógicos da educação tecnológica, além de se constituir em forte instrumento de política de inclusão social.

Nessa perspectiva, o CEFET/RJ acompanha a concepção e os marcos para o trabalho da extensão definidos no Plano Nacional de Extensão Universitária, elaborado e aprovado pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras – FORPROEX, do qual a instituição participa com direito a voz e voto.

É assim que vem se promovendo a nucleação de projetos e ações de extensão que se caracterizam por áreas temáticas e atuação em uma mesma linha programática, buscando o apoio de programas de fomento, especialmente o Programa de Bolsas de Extensão, e integrando os projetos e programas de extensão ao plano pedagógico dos cursos de

graduação e técnicos, em um processo de complementaridade curricular. São exemplos disso o Programa Turma Cidadã, a Empresa Cefet Jr., o Time Sife, o Núcleo de Empreendedorismo e Tecnologias Sociais (NETS), as atividades da Semana de Extensão, a Feira de Estágio e Emprego (FE&E), a Incubadora de Empresas Tecnológicas (IETEC) e a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP).

De modo geral, as ações de extensão englobam programas, projetos, cursos (de atualização, qualificação profissional, aperfeiçoamento, educação continuada, etc.), eventos (realização de congressos, seminários, ciclos de debates, exposições, feiras, eventos esportivos, campanhas, apresentações artísticas), prestação de serviços, produção e publicação (de material impresso e multimídia) e outros produtos acadêmicos, voltados a áreas temáticas como Comunicação, Educação, Meio Ambiente, Saúde, Tecnologia e Produção, Trabalho, Direitos Humanos e Justiça.

Entendendo que os programas de extensão produzem e disseminam saberes contextualizados, tornando-os acessíveis à população, o projeto pedagógico da Universidade Tecnológica pretendida, ao tratar dessa atividade acadêmica, certamente continuará a assinalar que:

- a instituição deve se constituir como sistema aberto à sociedade, sendo sensível a seus problemas em nível local, regional e nacional;
- a instituição deve participar de movimentos sociais, priorizando ações que visem à superação das condições de desigualdade e exclusão existentes no país;
- o desenvolvimento da ciência e da tecnologia só ganha sentido na perspectiva da promoção humana;
- a superação das desigualdades sociais e a atenção às necessidades da população exigem a democratização do saber e a formação de cidadãos-profissionais capazes de colocar, individual e coletivamente, o conhecimento científico-tecnológico adquirido a serviço do desenvolvimento político, econômico e social do espaço em que vivem e atuam.

Objetivo 1. Fortalecer a institucionalização da extensão como atividade de produção e disseminação do conhecimento e potencializadora da dimensão social da formação na área tecnológica

Estratégias	Ações
Consolidar e difundir, interna e externamente, a política institucional de extensão	<ul style="list-style-type: none"> · Divulgar os documentos relacionados à política de extensão do CEFET/RJ · Reafirmar os pressupostos da política institucional de extensão na discussão e elaboração do projeto pedagógico · Atualizar normas e procedimentos de desenvolvimento de ações de extensão (programas, projetos, cursos, prestação de serviços, eventos, produção e publicação, etc.)

	<ul style="list-style-type: none"> · Continuar a submeter as diretrizes da política de extensão aos Conselhos competentes · Dar visibilidade à atuação do Conselho de Extensão · Definir e adotar mecanismos de incentivo à participação da comunidade interna nas atividades de extensão · Estabelecer diretrizes de alocação das atividades de extensão no plano de trabalho dos docentes · Estabelecer as condições de participação dos técnicos-administrativos em programas e atividades de extensão · Manter o Banco de Programas e Projetos desenvolvidos na Instituição · Publicar anualmente um Catálogo de Extensão · Implantar e atualizar permanentemente o sítio da extensão no Portal da Instituição · Realizar reuniões, seminários internos e outros eventos de divulgação das atividades de extensão · Manter representação institucional da extensão nos fóruns pertinentes, a exemplo do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX) · Participar das ações do Fórum de Dirigentes de Extensão da Rede Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (FORPROEXT) · Estabelecer convênios e acordos de cooperação técnica com instituições públicas e privadas para o desenvolvimento de programas e projetos de extensão integrados ao ensino e à pesquisa · Estabelecer parcerias com Fundações de Apoio e de fomento, observada a legislação pertinente · Promover ações com recursos advindos do financiamento de programas governamentais ou convênios · Realizar eventos interinstitucionais
<p>Investir nas ações de extensão já existentes e reconhecidas pela comunidade interna e externa</p>	<ul style="list-style-type: none"> · Realizar anualmente a Semana de Extensão · Realizar anualmente a Feira de Estágio e Emprego (FE&E) · Continuar a apoiar programas e projetos associados a atividades curriculares dos cursos: EXPOTEC, EXPOMED, EXPOSUP, Programa Turma Cidadã, Cefet Jr. Consultoria, Time Sife CEFET · Expandir os cursos de extensão oferecidos à comunidade interna · Expandir projetos e cursos desenvolvidos em parceria com empresas

	<ul style="list-style-type: none"> · Apoiar ações do Núcleo de Estudos Afrobrasileiros (NEAB) · Apoiar ações do Núcleo de Apoio a Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE) · Apoiar ações do Núcleo de Empreendedorismo e Tecnologias Sociais (NETS) · Apoiar ações do Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT) · Apoiar ações do Núcleo de Inteligência Competitiva Setorial (NICS) · Apoiar ações do Núcleo de Tecnologia Automotiva (NTA) · Apoiar ações do Núcleo de Estudos Logísticos, Operações e Serviços (NELOS)
Apoiar a realização de atividades de extensão nas novas Unidades de Ensino	<ul style="list-style-type: none"> · Interagir com as áreas de ensino e pesquisa na identificação de demandas locais e regionais de conhecimento tecnológico e de formação/qualificação profissional · Definir, em cada Unidade de Ensino, ações de extensão a serem implementadas · Estabelecer convênios e parcerias específicos ao desenvolvimento da extensão em cada Unidade · Apoiar as novas Unidades de Ensino no planejamento, desenvolvimento e acompanhamento/avaliação de programas e projetos de extensão
Expandir o programa de assistência estudantil	<ul style="list-style-type: none"> · Ampliar os benefícios oferecidos aos estudantes de baixa renda de todas as Unidades de Ensino · Fomentar o sistema institucional de bolsas de extensão com recursos próprios e oriundos de convênios específicos · Participar do FONAPRACE (Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis)
Ampliar e diversificar a integração institucional com o setor produtivo e outros atores sociais	<ul style="list-style-type: none"> · Expandir e desenvolver o Programa de Estágio e Emprego em todas as Unidades de Ensino, com núcleos descentralizados nas Unidades de Ensino · Firmar convênios com entidades de natureza pública para realização de ações de interesse mútuo · Implantar sistema de acompanhamento de egressos · Apoiar a atuação da Incubadora de Empresas Tecnológicas (IETEC) · Apoiar a atuação da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP) · Divulgar novos conhecimentos, tecnologias, serviços e produtos à sociedade

Objetivo 2. Aperfeiçoar e garantir a qualidade das atividades de extensão na

Estratégias	Ações
Acompanhar e avaliar permanentemente as atividades de extensão desenvolvidas em todas as Unidades de Ensino	<ul style="list-style-type: none">· Implantar sistema de acompanhamento das atividades institucionais de extensão· Estabelecer indicadores internos de avaliação das atividades de extensão· Analisar, anualmente, os indicadores alcançados na avaliação da extensão, para intervir em melhorias, no que couber· Fortalecer os investimentos destinados a projetos que atendam, de modo adequado, aos indicadores de avaliação estabelecidos

Metas	2010	2011	2012	2013	2014
1. Incrementar, gradativamente, os programas e projetos institucionais de extensão					
2. Ampliar a participação da comunidade interna (docentes, técnicos-administrativos e alunos) em atividades de extensão					
3. Aumentar o número de beneficiários das atividades de extensão desenvolvidas em resposta a demandas locais e regionais					
4. Aumentar o número de bolsas de assistência estudantil e de extensão					
5. Fomentar a utilização de metodologias que favoreçam o cooperativismo, o empreendedorismo, o desenvolvimento tecnológico					
6. Intensificar a cooperação com instituições públicas e privadas para o desenvolvimento de programas e projetos específicos de formação					
7. Expandir o Programa de Estágio e Emprego em todas as Unidades de Ensino					
8. Implementar estudos de acompanhamento de egressos					
9. Melhorar os indicadores de desenvolvimento das atividades de extensão					

2.4. Implantação de políticas de organização e gestão de pessoal

O CEFET/RJ, em seu quadro de pessoal permanente, conta com servidores docentes e técnicos-administrativos com classificação de cargos e empregos comuns às demais instituições federais de ensino vinculadas ao Ministério da Educação.

Em se tratando dos docentes, o quadro era constituído pelos integrantes das carreiras do Magistério de 1º e 2º Graus e do Magistério Superior, ambas com três regimes de trabalho: tempo parcial, tempo integral e dedicação exclusiva. Com a Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008, houve a transposição dos cargos da Carreira de Magistério de 1º e 2º Graus para os de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, estruturando-se, assim, um novo Plano de Carreira e Cargos. É referenciado nesse Plano que o Ministério de Educação tem autorizado a contratação de docentes para as Unidades de Ensino da atual Rede Federal de Educação Ciência e Tecnologia, de que o CEFET/RJ participa. Essa diretriz tem preterido a renovação e expansão de quadros da carreira do magistério superior, presentes no Centro desde a sua constituição legal como instituição de ensino superior. Para esta carreira também se encontra em discussão um Projeto de Lei, que orientará Plano próprio.

No que respeita aos técnicos-administrativos, a Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, trouxe a estruturação de um Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação (PCCTAE) no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação, definindo princípios e diretrizes a serem observados na gestão dos cargos e orientando as instituições a avaliarem a adequação do quadro de pessoal às suas necessidades, para redimensionamento conforme demandas, proporção entre quantitativo de servidores e usuários, inovações tecnológicas e modernização dos processos de trabalho.

Como se depreende, no período que correspondeu ao PDI 2005-2009, aconteceram mudanças referentes à legislação que disciplina a carreira dos servidores docentes e técnicos, em certa medida valorizada. Foi um tempo em que a Instituição buscou, nas esferas competentes, a autorização para realização de concursos visando à reposição de vagas e à criação de quadros para as Unidades Descentralizadas. Nessas oportunidades, estabeleceu critérios de seleção que contribuíssem para a elevação do nível de titulação docente exigida pelo perfil de instituição de ensino superior e para a ocupação de cargos técnicos necessários a tal perfil.

Em dezembro de 2009, era esse o quantitativo global de servidores do quadro permanente institucional:

Docentes por titulação e carreira							
Titulação	Carreira	Mag. Superior		Mag. EBTT		Total	
		Nº	%	Nº	%	Nº	%
Doutorado		63	44,4	64	14,2	127	21,4
Mestrado		62	43,7	198	43,9	260	43,9
Especialização/Aperfeiçoamento		09	6,3	130	28,8	139	23,4
Graduação		08	5,6	59	13,1	67	11,3
	Total	142	100,0	451	100,0	593	100,0

Fonte: DRH, dez. 2009

Docentes por regime de trabalho							
Regime de Trabalho	Carreira	Mag. Superior		Mag. EBTT		Total	
		Nº	%	Nº	%	Nº	%
Dedicação exclusiva		122	85,9	355	78,7	477	80,44
40 horas (tempo integral)		08	5,6	38	8,4	46	7,76
20 horas (tempo parcial)		12	8,5	58	12,9	70	11,80
	Total	142	100,0	451	100,0	593	100,0

Fonte: DRH, dez. 2009

Docentes por Unidade de lotação e carreira							
Unidade de lotação	Carreira	Mag. Superior		Mag. EBTT		Total	
		Nº	%	Nº	%	Nº	%
Unidade Maracanã		117	82,4	320	71,0	437	73,7
Unidade Nova Iguaçu		25	17,6	54	12,0	79	13,3
Unidade Maria da Graça				23	5,1	23	3,9
Unidade Petrópolis				25	5,5	25	4,2
Unidade Nova Friburgo				22	4,9	22	3,7
Unidade Itaguaí				07	1,5	07	1,2
	Total	142	100,0	451	100,0	593	100,0

Fonte: DRH, dez. 2009

Técnicos-administrativos por nível de classificação e escolaridade real									
Nível de classif.	Escolaridade concluída							Total	
	Doutorado	Mestrado	Especialização	Graduação	Ensino Médio	Ensino fundam. compl.	Ensino fundam. incompl.	Nº	%
A							01	01	0,2
B							01	01	0,2
C			08	06	29	22	50	115	25,6
D		03	38	61	121	05	02	230	51,3
E	01	06	45	49	01			102	22,7
Total	01	09	91	116	151	27	54	449	100,0
%	0,2	2,0	20,3	25,9	33,6	6,0	12,0	100,0	100,0

Fonte: DRH, dez. 2009

Técnicos-administrativos por nível de classificação e Unidade de lotação								
Nível de classif.	Unidade de lotação						Total	
	Maracanã	Nova Iguaçu	Maria da Graça	Petrópolis	Nova Friburgo	Itaguaí	Nº	%
A			01				01	0,2
B	01						01	0,2
C	93	10	09	01	02		115	25,6
D	173	24	16	09	06	02	230	51,3
E	74	05	05	09	09		102	22,7
Total	341	39	31	19	17	02	449	100,0
%	76,0	8,7	6,9	4,2	3,8	0,4	100,0	100,0

Fonte: DRH, dez. 2009

Conforme visto, a Instituição, na Unidade-sede e nas Unidades de Ensino Descentralizadas – inauguradas ou em fase de implantação –, ao finalizar o ano de 2009, contava com 593 docentes integrantes das carreiras de magistério superior e magistério do ensino básico, técnico e tecnológico das IFES, e 449 técnicos-administrativos vinculados ao Plano de Carreira dos Cargos Técnicos-Administrativos em Educação (PCCTAE). Esse quadro geral de servidores apresenta-se com insuficiências para responder a todos os compromissos institucionais, notadamente se levado em conta o processo de expansão/interiorização projetado na consolidação das novas Unidades de Ensino.

Nesse sentido, as políticas de organização e gestão de pessoal a conduzirem o desenvolvimento institucional no período deste Plano, 2010 a 2014, terão de voltar-se, necessariamente, à constituição de um quadro de recursos humanos que, em termos de quantitativo e perfil docente e técnico-administrativo, possa responder, pertinentemente, à diretriz de ampliação, aperfeiçoamento e sustentabilidade das atividades acadêmicas de ensino, pesquisa e extensão consubstanciadas no projeto pedagógico da universidade tecnológica pretendida.

Do ponto de vista quantitativo, isso implica o preenchimento de vagas existentes e a conquista de novas vagas, bem como autorização de concurso público e provimento de cargos pelos ministérios da Educação e do Planejamento, Orçamento e Gestão. Além disso, há que se persistir na busca de autonomia pela alteração de marcos regulatórios que, no presente, impedem a contratação de novos profissionais em caso de vacância do cargo, por aposentadoria ou exoneração, por exemplo.

Do ponto de vista qualitativo, no caso dos docentes, deverão ser definidos critérios que, a despeito da carreira – e deverão ser contempladas as duas carreiras –, considerem as exigências de titulação e regime de trabalho correspondentes às instituições universitárias. Reafirmam-se, aqui, os referenciais de verticalização de ensino e de integração das atividades de ensino, pesquisa e extensão, segundo os quais docentes da carreira de magistério do ensino básico, técnico e tecnológico atuam, também, nos cursos de educação superior, assim como docentes da carreira de magistério superior são convidados a ministrar disciplinas nos cursos de educação profissional técnica de nível médio, e todos podem desenvolver atividades de pesquisa e de extensão.

Ainda do ponto de vista qualitativo, no caso dos técnicos-administrativos, os critérios a serem definidos trazem à discussão a insuficiência ou inexistência de determinados cargos, em especial daqueles que correspondem a funções técnicas de uma instituição de formação na área tecnológica – área que instaura mudanças, em tempo cada vez mais acelerado. Tomados apenas como exemplos, o porte da infraestrutura física (que inclui entre outros ambientes específicos os laboratórios) e a competente disponibilização de recursos de TIC (tornados essencialidade às atividades acadêmicas e administrativas) por si só já sinalizam a necessidade de revisão dos cargos e correspondentes perfis de técnicos-administrativos a serem incorporados ao quadro institucional.

Para além da recomposição do quadro de pessoal, a Instituição deverá investir em oportunidades efetivas de consideração e valorização do exercício funcional, tanto dos docentes como dos técnicos-administrativos, com vistas a, de um lado, viabilizar e reconhecer a atuação desses servidores públicos na consecução da política de Estado na área educacional e, de outro, superar dificuldades internas de realização do intenso e dinâmico conjunto de atividades da competência institucional. Para tanto, o Centro terá de atuar com

uma política de pessoal que, a partir do diagnóstico das atividades e competências essenciais, proceda a mudanças necessárias no campo da alocação de servidores e da efetivação de planos de trabalho, potencializando talentos e promovendo o desenvolvimento coletivo e individual.

Situação do quadro de vagas docentes no CEFET/RJ: dezembro de 2009		
Carreira	Quantitativo de vagas	
	Vagas ocupadas	Vagas disponíveis
Magistério Superior	142	09
Magistério EBTT	451	158
Total	593	167

Fonte: DRH, dez. 2009

Situação do quadro de vagas de técnicos-administrativos no CEFET/RJ: dezembro de 2009		
Nível de Classificação	Quantitativo de vagas	
	Vagas ocupadas	Vagas disponíveis
A	01	
B	01	08
C	115	73
D	230	106
E	102	79
Total	449	266

Fonte: DRH, dez. 2009

Projeção de vagas docentes por Unidade de lotação e carreira: 2010-2014											
Unidade de lotação	Carreira	Mag. Superior					Mag. EBTT				
		2010	2011	2012	2013	2014	2010	2011	2012	2013	2014
Unidade Maracanã		117	125	130	140	150	337	340	340	340	340
Unidade Nova Iguaçu		25	25	30	30	30	62	65	70	70	70
Unidade Maria da Graça							25	30	40	50	60
Unidade Petrópolis				12	20	25	30	40	50	60	60
Unidade Nova Friburgo				12	20	25	25	35	50	60	60
Unidade Itaguaí				12	20	25	20	40	50	60	60
Unidade Angra dos Reis				12	20	25	05	20	35	50	60
Unidade Valença							06	10	15	20	20
Total		142	150	208	250	280	510	580	650	710	730

Fonte: DIREN

Projeção de vagas de cargos técnicos-administrativos por Unidade de lotação e carreira: 2010-2014																
Unidade de lotação	Nível de Classif.	C					D					E				
		2010	2011	2012	2013	2014	2010	2011	2012	2013	2014	2010	2011	2012	2013	2014
Unidade Maracanã		95	90	80	70	60	175	175	180	180	180	78	80	90	90	90
Unidade Nova Iguaçu		12	12	16	16	16	26	25	25	25	25	07	10	15	15	15
Unidade Maria da Graça		11	10	10	10	10	16	15	15	15	15	06	10	15	15	15
Unidade Petrópolis		02	04	06	08	10	08	10	15	15	15	09	10	15	15	15
Unidade Nova Friburgo		02	04	06	08	10	08	10	15	15	15	09	10	15	15	15
Unidade Itaguaí		02	04	06	08	10	06	10	15	15	15	05	10	15	15	15
Unidade Angra dos Reis		01	04	06	08	10	04	10	15	15	15	05	10	15	15	15
Unidade Valença		01	04	06	08	04	04	05	05	05	05	05	05	05	05	05
Total		126	132	136	136	130	247	260	285	285	285	124	145	185	185	185

Fonte: DIREN

Considerado esse cenário e intenções, a diretriz de implantação de políticas de organização e gestão de pessoal assim se apresenta:

Objetivo 1. Estruturar e implantar política de organização e gestão de pessoal que gere impactos positivos na qualidade das atividades acadêmicas e administrativas	
Estratégias	Ações
Aperfeiçoar e divulgar internamente as políticas de dimensionamento, gestão, capacitação e avaliação do pessoal docente e técnico-administrativo da Instituição	<ul style="list-style-type: none"> · Rever a política de pessoal da Instituição, respeitada a legislação específica · Estabelecer critérios e normas adequados ao desenvolvimento das atividades acadêmicas e administrativas a serem observados pelo pessoal docente e técnico-administrativo · Dimensionar o quadro de docentes e técnicos-administrativos para as Unidades de Ensino, segundo as metas institucionais em consonância com o projeto pedagógico da Instituição · Redimensionar, conforme estudo e projeções, o quadro de pessoal da Instituição, aproveitando e valorizando o potencial dos servidores em exercício e introduzindo novos perfis conforme prioridades estabelecidas para as atividades acadêmicas, técnicas e administrativas · Definir política de lotação docente e técnico-administrativa · Reavaliar os critérios e procedimentos adotados para a realização dos concursos públicos para docentes e técnicos-administrativos, zelando pelo encaminhamento de demandas e perfis do pessoal a ser contratado bem como pelos princípios de transparência e impessoalidade na realização do processo seletivo · Realizar concursos públicos para preenchimento das vagas autorizadas nas carreiras de pessoal docente e técnico · Definir e aprovar Plano Institucional de Formação de Quadros Docentes – PLANFOR · Consolidar o Plano de Desenvolvimento Institucional dos Integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação – PDIPCCTAE · Definir e aprovar critérios de avaliação de pessoal docente e técnico-administrativo · Fortalecer junto à comunidade interna a atuação da CPPD e da CISPCTAE · Divulgar o Código de Ética Funcional e manter a Comissão de Ética, conforme legislação em vigor

<p>Promover, permanentemente, a valorização, qualificação e capacitação do quadro de servidores como estímulo ao desempenho funcional pautado por padrões de ética e de qualidade</p>	<ul style="list-style-type: none"> · Identificar, em todas as Unidades de Ensino, necessidades e prioridades de aperfeiçoamento, capacitação e/ou qualificação de docentes e técnicos-administrativos · Divulgar as oportunidades e os critérios de participação em programas ou atividades de aperfeiçoamento, capacitação e/ou qualificação de docentes e técnicos-administrativos · Adotar medidas de incentivo à participação dos docentes e técnicos-administrativos em cursos regulares e atividades de formação continuada desenvolvidos pela Instituição · Estabelecer convênios e acordos de cooperação voltados para a qualificação e capacitação do quadro de servidores · Aplicar, segundo previsão em proposta orçamentária, os recursos alocados nos Centros de Custos para capacitação de pessoal · Avaliar os programas de capacitação
<p>Desenvolver programas específicos de apoio social aos servidores</p>	<ul style="list-style-type: none"> · Buscar junto aos órgãos competentes a implantação de Plano Suplementar de Assistência de Saúde para os servidores e seus dependentes · Manter em funcionamento os serviços ambulatoriais da Instituição para atendimento aos servidores · Desenvolver atividades culturais e desportivas para servidores como prática formativa de lazer

Metas	2010	2011	2012	2013	2014
1. Regularizar e implantar ações associadas a políticas de dimensionamento, gestão, capacitação e avaliação do pessoal docente e técnico-administrativo da Instituição					
2. Dotar as Unidades de Ensino de quadro docente e técnico compatível com as atividades acadêmicas e administrativas estabelecidas em planos de metas					
3. Promover a melhoria contínua do nível de satisfação profissional dos servidores e da qualidade do atendimento institucional					
4. Ampliar a capacitação dos servidores docentes e técnicos-administrativos					
5. Aperfeiçoar os procedimentos de avaliação docente e dos técnicos-administrativos					

2.5. Investimento em melhoria de infraestrutura física

À interiorização das Unidades de Ensino, com apoio do poder político local e de empresas públicas e privadas interessadas no desenvolvimento das mesorregiões em que atuam, tem correspondido um grande crescimento da infraestrutura física da Instituição. Em termos quantitativos de *campi* e de áreas destinadas às atividades-fim e atividades-meio, pode-se computar uma expansão que, em cinco anos, quase dobrou a capacidade instalada do CEFET/RJ.

Comparando-se a situação existente em dezembro de 2004 e em dezembro de 2009, tem-se o seguinte quadro:

Área física total e por Unidade de Ensino do Sistema <i>Multicampi</i> do CEFET/RJ (m ²)						
Unidade de Ensino	Área do Terreno		Área Construída		Área Ocupada	
	2004	2009	2004	2009	2004	2009
Unidade Maracanã (*)	34.352	34.352	48.736	58.350	20.671	23.354
Unidade Nova Iguaçu	7.213	7.213	7.386	10.756	4.156	4.156
Unidade Maria da Graça	68.700	68.700	7.367	15.913	4.620	4.713
Unidade Petrópolis		2.239		4.973		2.215
Unidade Nova Friburgo		25.314		9.938		1.933
Unidade Itaguaí (**)		8.114		3.759		2.216
Unidade Angra dos Reis (**)		12.745		2.204		2.204
Unidade Valença (**)		3.852		2.533		1.244
Total	110.265	162.529	63.489	108.426	29.447	42.035

Fonte: DIRAF/DEIEE. Dez. 2004; dez. 2009

(*) Incluído o *Campus* General Canabarro

(**) Unidades em construção ou em obras para funcionamento.

A instalação de cada uma das novas Unidades tem histórico próprio, registrando-se, aqui, os avanços que ultrapassaram as metas do PDI 2005-2009.

Em estudo encaminhado ao MEC em dezembro de 2006⁹, a Instituição, que já havia experimentado, com sucesso, a participação no consórcio de instituições federais de educação superior “Universidade Pública da Baixada Fluminense”, criando os cursos noturnos de Engenharia na UnED Nova Iguaçu, e inaugurara, na 1ª fase do Plano de Extensão da Rede, a UnED de Maria da Graça, sentia-se autorizada a pensar sua presença em cidades-polo como instituição de educação superior. Esse estudo considerou grandes projetos de desenvolvimento econômico e social no Estado do Rio de Janeiro, a saber:

- em Itaboraí, o COMPERJ – Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro;
- na cidade do Rio de Janeiro, em Niterói e em Angra dos Reis, a retomada da indústria naval em um contexto de desenvolvimento nacional e regional;
- em Itaguaí, a expansão do Porto de Sepetiba e, também, um polo siderúrgico;
- em Angra dos Reis, a energia nuclear e atividades de outros setores;
- no Norte Fluminense, na região Itaboraí/Rio Bonito/GrandeRio e na região do Vale do Paraíba, polos de cerâmica vermelha;

⁹ CEFET/RJ. DIREG. DIGES. *Subsídios ao estudo de implantação de novas Unidades de Ensino Descentralizadas do CEFET/RJ no âmbito do Plano de Expansão da Rede Federal: Cidades-Polo*. Rio de Janeiro, dez./2006.

- em Petrópolis, um polo de tecnologia e um polo de turismo e hospitalidade, entre outros;
- em Friburgo, um dos polos de moda do Estado e atividades em outros setores, como metalmecânica.

Levando em conta as atividades de desenvolvimento econômico projetadas e/ou já existentes no Estado, defendia-se que a concepção de cidade-polo a referenciar a implantação de novas unidades de ensino descentralizadas no âmbito do Plano de Expansão da Rede Federal tratasse de suprir a oferta de cursos técnicos e superiores onde inexistisse a atuação de instituições públicas de ensino voltadas a esse atendimento e de, pela educação tecnológica, elevar as chances de engajamento da população ali residente nos empreendimentos em curso, como construtora e beneficiária das atividades de desenvolvimento econômico e social.

Manifestada, no documento, a intencionalidade de ação, já se objetivava a elaboração de Planos de Trabalho específicos com representantes da ELETRONUCLEAR – Eletrobrás Termonuclear S.A. e da Prefeitura da Cidade de Petrópolis, a fim de se passar da etapa de negociações iniciais à de planejamento e execução do projeto de realização de obras, compra de equipamentos, dotação de pessoal e inauguração das novas Unidades, etapa essa que deveria tomar, necessariamente, como pressuposto um projeto político-pedagógico em que a educação tecnológica fosse instrumento de desenvolvimento econômico com inclusão social.

Reside aí a origem dos projetos das Unidades de Ensino – de Angra dos Reis e de Petrópolis –, que, concorrendo ao edital de chamada pública de Projetos de Apoio ao Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica em sua segunda fase, ganharam a contrapartida desses municípios para a implantação de unidades de ensino com aproveitamento do potencial de desenvolvimento, a proximidade com Arranjos Produtivos Locais (APL) e a possibilidade de parcerias e infraestrutura existentes. Com o mesmo encaminhamento surgiram as Unidades dos municípios de Nova Friburgo e Itaguaí.

A Unidade de Petrópolis ocupa o espaço do antigo Fórum, cedido pelo Governo do Estado à Prefeitura Municipal, que o adaptou às atividades acadêmicas como contrapartida no projeto de instalação da Unidade.

A Unidade de Nova Friburgo tem suas instalações advindas da cessão do prédio do Departamento de Estradas e Rodagem (DER) pelo Governo do Estado e das obras de acréscimo da infraestrutura existente pela Prefeitura do Município.

A Unidade de Itaguaí, a partir do diálogo estabelecido entre o CEFET/RJ, a Prefeitura Municipal e a empresa Vale S.A., teve sua construção em terreno cedido pelo Município, contando com aporte financeiro da empresa na execução do projeto.

A Unidade de Angra dos Reis vai funcionar em prédio adquirido pela Prefeitura daquele Município e cedido ao CEFET/RJ.

No que respeita ao Núcleo Avançado de Valença, este teve sua constituição a partir da federalização de uma instituição criada com recursos do Programa de Expansão da Educação Profissional (PROEP) no segmento Comunitário.

No final de 2009, era este o retrato projetado para as instalações físicas do conjunto de Unidades do Sistema Multicampi do CEFET/RJ:

Nº de ambientes disponibilizados às atividades acadêmicas e administrativas das Unidades de Ensino								
Ambientes	Unidades de Ensino							
	Maracanã (*)	Nova Iguaçu	Maria da Graça	Petrópolis	Nova Friburgo	Itaguaí (**)	Angra dos Reis	Valença
Salas de aula	72	26	20	07	13	13	14	04
Laboratórios de ensino e oficinas	145	21	27	03	03	17	14	12
Laboratórios de pesquisa	21	-	-	-	-	01	-	-
Salas de prof./Coord./Departam.	91	06	04	03	03	04	03	01
Bibliotecas	01	01	01	01	01	01	01	01
Videotecas	01	01	01	-	-	-	-	-
Auditórios	08	01	01	01	01	01	01	01
Quiosques informatizados	01	-	01	-	-	-	-	-
Salas da Direção	07	01	01	01	01	01	02	02
Secretaria	11	01	01	01	01	01	01	01
Infraestrutura de TIC	15	01	01	01	01	01	01	01
Áreas de ativ. administrativas	159	04	05	03	01	05	14	-
Cantinas	01	01	01	-	01	01	01	01
Refeitórios	01	01	-	-	-	-	-	01
Assist. médico-odontológica	04	-	02	-	-	-	-	-
Piscinas	01	-	-	-	-	-	-	-
Quadras cobertas	01	01	-	-	-	-	-	-
Quadras descobertas	03	-	02	-	-	-	01	-
Ginásios poliesportivos	01	01	-	-	-	-	-	-
Campos de futebol	-	-	01	-	-	-	-	-
Pistas de atletismo	01	-	-	-	-	-	-	-
Posto bancário	02	-	-	-	-	-	-	-
Livraria e papelaria	01	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: DEIES e Unidades de Ensino, dez. 2009

(*) Incluído o *Campus* General Canabarro

(**) Unidade funcionando provisoriamente em espaço da Secretaria Municipal de Educação; os dados correspondem ao projeto em construção.

Como é possível depreender, a Instituição conta com uma infraestrutura física ampliada, mas, também, diferenciada em termos de idade, projeto, dimensão dos campi que a constituem. Isso significa que, durante o período de vigência deste PDI, muito terá de continuar a ser investido, focalizadamente, em cada uma das Unidades de Ensino, de forma a se preservar o reconhecido padrão de qualidade dos ambientes das escolas da rede federal de educação tecnológica anteriormente à recente fase de expansão.

Usualmente o CEFET/RJ já considerava a necessidade de permanente manutenção da infraestrutura existente, não só pelo fator idade das edificações quanto pela contínua e elevada taxa de utilização, promovendo obras estruturais de manutenção elétrica e hidráulica, entre outras providências. De outra parte, o avanço científico-tecnológico, com implicações para as atividades de ensino e pesquisa em suas necessidades de utilização de equipamentos e materiais, sempre impôs renovada atenção para a reestruturação de laboratórios e outros ambientes; em especial, nos últimos anos, para a instalação de redes de suporte a equipamentos de informação e comunicação por meio eletrônico, visando atender, também, aos sistemas gerenciais informatizados, quer acadêmicos, quer administrativos. A criação e/ou renovação de cursos exigia, ainda, espaços dedicados, a atualização de acervo bibliográfico e de mídias educacionais, aspectos essenciais de investimento.

Destaque-se que, no tocante a recursos de informação e comunicação, a Instituição vem buscando, gradual e sistematicamente, a adequação e melhoria da infraestrutura de TIC, com vistas a responder, inclusive, às demandas da modalidade EAD. Desde 2006, a área tem encaminhando projetos e atividades relacionados à reestruturação da infraestrutura de rede

informatizada nas unidades do Sistema, envolvendo CPD, redes físicas e lógicas. O Projeto Constelação, relativo à infraestrutura de Tecnologia da Informação e da Comunicação das Unidades do Centro, é o que, no presente, orienta a instalação, modernização e expansão da rede de dados e backbone do CEFET/RJ, com vistas a superar as limitações existentes, de modo a: atender as perspectivas de utilização da rede para os próximos anos; oferecer resistência a falhas, através de recursos redundantes e rotas alternativas; proporcionar facilidades de gerenciamento, robustez, performance e segurança; responder a novas tecnologias como videoconferência, integração voz & dados, voip, telefonia, educação a distância, com qualidade de serviço.

Além do grande aumento do parque de equipamentos (microcomputadores, monitores, impressoras, etc.) e de serviços de TIC, de modo geral, na Instituição, com ampliação do link de acesso à RedeRio e contratação de novos serviços junto à operadora, é preciso que se assinale a conquista de reconhecimento da Instituição pela RNP e seus pares, a ponto de sua inclusão no anel principal (backbone) da Redecomep (iniciativa do Ministério da Ciência e Tecnologia, coordenada pela Rede Nacional de Ensino e Pesquisa, que tem como objetivo implementar redes de alta velocidade nas regiões metropolitanas do país servidas pelos Pontos de Presença da RNP. O modelo adotado baseia-se na implantação de uma infraestrutura de fibras ópticas própria voltada para as instituições de pesquisa e educação superior e na formação de consórcios entre as instituições participantes de forma a assegurar sua auto-sustentação.).

Incluem-se, agora, entre as metas discutidas neste PDI, a realização da reforma do CPD da Unidade-sede (Maracanã), conforme prioridade estabelecida em nível da Direção Superior, na perspectiva de um "Data Center" de rede integrada de comunicação de dados, voz e imagem. Encontram-se em discussão os aspectos técnicos a serem considerados no dimensionamento e funções estabelecidas para esse Centro de TIC, segundo especificações orientadas pelas normas vigentes aplicadas a: distribuição, estabilização e retificação de rede de energia de alto desempenho; alocação de equipamentos e distribuição da rede lógica; refrigeração e climatização dos equipamentos e ambiente; iluminação; sistema de detecção, alarme e combate a incêndios; controle automatizado de acesso; segurança de dados. Nesse sentido se estabelecerá processo licitatório para a execução do projeto.

Pelo exposto, frente à atual realidade do Sistema Multicampi e as metas de atendimento estabelecidas, assim se coloca a diretriz de melhoria de infraestrutura física, considerando, em especial, a vocação do ensino e da pesquisa, os serviços de biblioteca e os recursos de informação e comunicação:

Objetivo 1. Dotar todas as Unidades de Ensino do Sistema *Multicampi* de infraestrutura adequada à realização de suas atividades acadêmicas e administrativas

Estratégias	Ações
<p>Definir e implantar plano diretor de realização de obras de infraestrutura física necessárias ao projeto de desenvolvimento institucional em cada Unidade de Ensino</p>	<ul style="list-style-type: none"> · Desenvolver estudo de alocação física das atividades acadêmicas e administrativas das novas Unidades de Ensino segundo projeto de consolidação de metas de atendimento até 2014 · Desenvolver estudos de otimização de alocação física das atividades acadêmicas e administrativas das Unidades de Ensino em funcionamento anteriormente à segunda fase do Plano de Expansão · Definir as necessidades de expansão e melhoria de infraestrutura física de cada Unidade de Ensino, com prioridade de execução · Estabelecer critérios e normas de adequação e padronização dos ambientes edificados (e por edificar), com relação a espaço e todo tipo de instalações, tendo em vista as condições de acessibilidade, conforto, qualidade de trabalho e convivência de toda a comunidade acadêmica · Discutir e aprovar Plano Diretor de Obras da Instituição · Executar serviços de expansão e manutenção de acordo com o plano estabelecido · Adotar e executar projeto de sinalização e visualização dos ambientes físicos das Unidades do Sistema · Investir recursos em projetos setoriais apresentados pelos usuários, segundo critérios orientados em planejamento
<p>Potencializar a integração dos recursos de infraestrutura física e tecnológica das atividades de ensino, pesquisa e extensão</p>	<ul style="list-style-type: none"> · Proceder ao levantamento de localização e utilização de todos os laboratórios e oficinas existentes nas Unidades de Ensino · Desenvolver estudo para otimizar a utilização de espaços físicos e equipamentos, com planejamento integrado do uso de laboratórios e oficinas pelos cursos dos diferentes níveis e modalidades de ensino · Investir na aquisição, recuperação e manutenção de equipamentos de laboratórios e oficinas, segundo projetos específicos orientados em planejamento da área acadêmica · Investir na expansão e/ou implantação de laboratórios vinculados a projetos de ensino, pesquisa e extensão
<p>Consolidar o papel das bibliotecas como centro de informação e disseminação de conhecimento e cultura</p>	<ul style="list-style-type: none"> · Manter em funcionamento o Sistema de Bibliotecas da Instituição, com serviços e produtos informatizados · Rever os critérios de acesso, empréstimo e demais rotinas da biblioteca, adequando-os a necessidades das atividades de pesquisa e pós-graduação, entre outras

	<ul style="list-style-type: none"> · Ampliar e atualizar o acervo das bibliotecas de todas as Unidades de Ensino · Investir em espaços adequados à biblioteca em todas as Unidades de Ensino
<p>Objetivo 2. Disponibilizar, com crescente abrangência e qualidade, os serviços de tecnologia da informação e comunicação para a comunidade acadêmica do Sistema <i>Multicampi</i></p>	
Estratégias	Ações
Definir e implantar a política de TIC e o uso de seus recursos no âmbito da Instituição	<ul style="list-style-type: none"> · Estabelecer as diretrizes gerais de um plano de desenvolvimento na área de TIC: arquitetura e segurança de rede, hardware e software, políticas de uso, política de recursos humanos, políticas de capacitação e de investimentos · Discutir, aprovar e divulgar o PDITIC
Investir na melhoria da infraestrutura de TIC	<ul style="list-style-type: none"> · Contratar e/ou ampliar serviços de link de acesso em todas as Unidades do Sistema e interconectá-las · Atuar para a instalação, modernização e expansão da rede de dados e backbone do Sistema Multicampi, com vistas a: atender as perspectivas de utilização da rede para os próximos anos; oferecer resistência a falhas, através de recursos redundantes e rotas alternativas; proporcionar facilidades de gerenciamento, robustez, performance e segurança; responder a novas tecnologias como videoconferência, integração voz & dados, voip, telefonia, wireless, educação a distância, com qualidade de serviço · Dotar as Unidades de Ensino de Centros de TIC, com convergência de serviços · Estruturar e implantar, na Unidade-sede, um novo CPD: o CTIC, concebido como “Data Center” de rede integrada de comunicação de dados, voz e imagem · Padronizar o parque de equipamentos de TIC destinados aos usuários (docentes, técnicos e alunos) · Atualizar o sistema operacional e aplicativos destinados aos fins acadêmicos e administrativos · Fomentar a utilização de software livre nas atividades acadêmicas e administrativas · Adotar procedimentos com vistas a apoiar as Unidades de Ensino frente à falta de quadros na área de TIC
Expandir a utilização de sistemas de controle informatizados nas áreas acadêmicas e administrativas em todas as Unidades do Sistema	<ul style="list-style-type: none"> · Ampliar e aperfeiçoar a utilização dos serviços e produtos de administração acadêmica · Informatizar serviços e produtos da área administrativo-financeira · Criar sistemas próprios em resposta a demandas institucionais específicas

	<ul style="list-style-type: none"> · Apoiar a utilização de sistemas gerenciais informatizados demandados à Instituição por órgãos de controle no âmbito da administração pública federal
Objetivo 3. Expandir a utilização de recursos multimídia em benefício das atividades acadêmicas, inclusive como suporte à Educação a Distância	
Estratégias	Ações
Desenvolver recursos multimídia em apoio às atividades acadêmicas	<ul style="list-style-type: none"> · Apoiar a atuação da TV CEFET · Reestruturar o Setor de Recursos Didáticos · Desenvolver materiais pedagógicos (mídia impressa e mídia eletrônica) em apoio a atividades de ensino · Equipar, progressivamente, as salas de aula com recursos de projeção multimídia · Manter, em todas as Unidades de Ensino, o funcionamento de auditórios equipados com mídias interativas para atividades internas e/ou abertas à comunidade externa
Objetivo 4. Aprimorar a gestão de serviços de apoio e logística, de modo a atender as novas demandas trazidas pela multiplicação de <i>campi</i>	
Estratégias	Ações
Melhorar os serviços gerais utilizados na rotina de funcionamento das Unidades	<ul style="list-style-type: none"> · Zelar pela supervisão e avaliação dos serviços auxiliares prestados mediante contratos · Manter programa de separação e reciclagem de lixo em todas as Unidades de Ensino · Aperfeiçoar os serviços de comunicação entre a Unidade-sede e as Unidades Descentralizadas e das diferentes Unidades do Sistema entre si

Metas	2010	2011	2012	2013	2014
1. Implementar o Plano Diretor de Obras em atendimento às demandas focalizadas de cada Unidade de Ensino					
2. Otimizar a ocupação dos laboratórios e outros ambientes de ensino e pesquisa					
3. Aprimorar o atendimento do Sistema de Bibliotecas da Instituição em todas as Unidades de Ensino					
4. Discutir e implantar a Política Institucional de Desenvolvimento na área de TIC					
5. Estruturar a infraestrutura de rede informatizada nas Unidades do Sistema <i>Multicampi</i> , envolvendo CPD, redes físicas e lógicas					
6. Informatizar, progressivamente, as atividades dos setores acadêmicos e administrativos das Unidades do Sistema					
7. Investir em infraestrutura tecnológica de suporte ao crescimento de cursos na modalidade de educação a distância					
8. Melhorar o padrão de serviços gerais disponibilizados às Unidades do Sistema					

2.6. Desenvolvimento de atividades de TIC e comunicação social

Conforme registrado neste PDI, as inter-relações do CEFET/RJ na sociedade envolvem grupos sociais, o mundo produtivo e o poder público constituído. Desse modo, a comunicação com a sociedade ultrapassa os serviços de comunicação e de TIC, exigindo a participação dos diferentes segmentos da comunidade acadêmica e dos órgãos/setores institucionais no exercício de suas competências e atribuições. O Centro, como instituição pública de educação superior, obriga-se à visibilidade e legitimidade de sua atuação, submetida ao controle do Estado e da sociedade em geral. A articulação com os órgãos de Governo (em especial do MEC) e demais IFES e instituições da Rede Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, a participação em conselhos e associações de interesse institucional (a exemplo da ANDIFES e do CONIF), o estabelecimento de convênios e acordos de cooperação técnico-científica com instituições de ensino e pesquisa, órgãos de fomento, secretarias estaduais e municipais de educação, a realização de eventos e a interação com empresas públicas e privadas vêm alargando o reconhecimento social dessa atuação.

Certamente que, com a atuação dos serviços de comunicação social, a visibilidade institucional tem sido fortalecida mediante: manutenção de articulação permanente com órgãos de notícias locais e nacionais, viabilizando a edição de matérias em jornais e TVs com divulgação das atividades acadêmicas, entrevistas com participação de dirigentes, docentes e/ou alunos, etc.; produção de materiais de divulgação das ações institucionais com a utilização de diferentes mídias, a exemplo de folders, cartazes, o *house organ* RJcefet – informativo trimestral, manuais de concurso; apoio à promoção de eventos internos e externos, como seminários, palestras, feiras e exposições, atividades culturais, etc.

Grande ferramenta de visibilidade é o Portal (portal.cefet-rj.br, atualização do site www.cefet-rj.br), que merece a visita da comunidade interna e externa. Nele, diariamente são publicadas notícias vinculadas ao universo da ação institucional (intra e extramuros), bem como são alimentadas as informações vinculadas aos diferentes setores da estrutura acadêmica e administrativa. Nele, ainda, se incluem links de alcance governamental e de grupos específicos (de docentes, discentes e entidades). A média mensal de acessos ao Portal ultrapassa 140.000 visitas. A rede interna de e-mails institucionais tem cadastrados a maioria dos servidores docentes e técnicos-administrativos.

Dois grandes veículos participam também da produção da comunicação institucional: **Tecnologia & Cultura**, revista semestral do CEFET/RJ, estratificada, em 2008, como B5 na classificação dos periódicos Qualis da CAPES, nas áreas Educação, Engenharia III (Produção), Ensino de Ciências e Matemática, e Interdisciplinar; e a **TV CEFET**, produção televisiva que, além de integrar o laboratório acadêmico de multimídias dos cursos técnicos e de graduação em Telecomunicações, atua na documentação e divulgação de eventos institucionais.

A interlocução do CEFET com a sociedade também acontece mediante o link Ouvidoria, implantado no site www.cefet-rj.br, a pedido da Comissão de Ética da Instituição. Nesse espaço virtual acha-se disponível o e-mail ouvidoria@cefet-rj.br e o Fale Conosco, quer diretamente por formulário eletrônico, quer pelo telefone (21)2566-3030. A Comissão imprimiu à questão da ética a publicidade necessária e obrigatória, além de estabelecer um canal direto com a comunidade interna do CEFET/RJ e a sociedade em geral. Em sua estrutura, a Ouvidoria acha-se adstrita à Comissão de Ética, que assim procede: as mensagens recebidas são depuradas pelo Secretário-Executivo da Comissão e distribuídas às instâncias competentes do Centro, para atendimento e providências.

O avanço institucional também coloca novos desafios à presente diretriz de desenvolvimento de atividades de TIC e comunicação social, por vezes em desdobramento de dimensões constantes no item anterior.

Objetivo 1. Firmar junto aos diferentes segmentos da sociedade a imagem do CEFET/RJ como instituição pública de ensino, pesquisa e extensão na área tecnológica	
Estratégias	Ações
Fortalecer a comunicação como estratégia institucional	<ul style="list-style-type: none"> · Dotar a área de comunicação social de pessoal e estrutura compatíveis com as atividades ora desenvolvidas e por expandir nas Unidades de Ensino e no Sistema · Manter articulação permanente com os órgãos de notícia locais e nacionais · Produzir materiais de divulgação das ações institucionais com a utilização de diferentes mídias · Promover eventos de divulgação interna e externa
Criar, consolidar e/ou aperfeiçoar instrumentos, ações e meios de comunicação institucional com a comunidade interna e externa	<ul style="list-style-type: none"> · Manter o Portal Institucional como meio de informação e divulgação das ações institucionais · Requerer a participação dos órgãos sistêmicos e de todas as Unidades de Ensino na produção e atualização das informações constantes do Portal · Potencializar a produção da TV CEFET como meio de comunicação institucional · Produzir vídeos de divulgação concernentes a projetos e ações institucionais · Reformar o Setor Gráfico da Instituição, investindo na modernização do processo de produção em resposta ao crescimento e à qualidade das demandas institucionais · Continuar a produzir o informativo trimestral <i>Rjcefet</i>, renovando-lhe o formato · Continuar a produzir a revista <i>Tecnologia & Cultura</i>, publicação semestral, revendo a composição do Comitê Técnico-Científico e a atribuição de responsabilidades de editoria, secretaria e revisão · Estabelecer normas de utilização da marca institucional nas diferentes mídias · Continuar a disponibilizar os serviços de programação visual na edição de materiais de caráter institucional
Objetivo 2. Fomentar mecanismos de comunicação interna em apoio ao desenvolvimento e valorização das ações institucionais	
Estratégias	Ações
Utilizar serviços de TIC na circulação de informações	<ul style="list-style-type: none"> · Utilizar recursos de uma Intranet para divulgação de informações de interesse dos servidores · Discutir e viabilizar, na Instituição, a substituição de documentação impressa por eletrônica, no que couber

Metas	2010	2011	2012	2013	2014
1. Implantar nova estrutura na área de comunicação, dotando-a de pessoal especializado					
2. Expandir os serviços de comunicação interna e externa					
3. Aprimorar o Portal Institucional em termos de funcionalidades e agilidade na disseminação de informações acadêmicas e institucionais					
4. Aumentar o volume de materiais institucionais de divulgação e de produção acadêmica, seja em mídia impressa, seja em outras mídias					

2.7. Democratização do planejamento, gestão e avaliação institucional

Dando continuidade aos propósitos de modernização e democratização da gestão, ampliação da disponibilidade orçamentária e apoio ao protagonismo estudantil, o PDI 2005-2009 assumiu como pressuposto a busca de participação e o compromisso de todos os segmentos da comunidade interna no planejamento, desenvolvimento e avaliação das atividades institucionais.

Avaliando a consecução dessa diretriz, vale assinalar, nesse período, a implantação de instâncias colegiadas com a representação de todos os segmentos da comunidade acadêmica – docentes, técnicos-administrativos e discentes – e participação das diferentes unidades do Sistema, com vistas à democratização do fazer institucional em seu planejamento, execução e avaliação. Do ponto de vista administrativo, a descentralização dos Centros de Custo representou um avanço na gestão orçamentária e as iniciativas do Projeto “O CEFET/RJ (re)conhece o CEFET/RJ” representaram um dos canais de chamada à participação da comunidade interna na atual gestão.

Com efeito, a Instituição passou (e continua a passar) por mudanças complexas, que demandam avanços em termos de planejamento, gestão e avaliação.

Nesse sentido – e reconhecendo as exigências de natureza política, acadêmica, gerencial e operacional implicadas nessas atividades –, haverá que se persistir em objetivos, estratégias, ações e metas projetadas para a democratização do planejamento, gestão e avaliação institucional, considerada tal diretriz como condição sine qua non no projeto de transformação do Centro em Universidade Tecnológica.

Objetivo 1. Desenvolver a capacidade institucional de planejar e acompanhar a execução das ações	
Estratégias	Ações
Incentivar a participação e o compromisso da comunidade interna na definição e implantação das políticas institucionais	<ul style="list-style-type: none"> · Divulgar e implantar o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI · Realizar reuniões e outros eventos com a comunidade interna, a fim de debater objetivos e estratégias da atuação institucional · Estimular a participação de representantes dos diferentes segmentos da comunidade acadêmica (docentes, técnicos-administrativos e alunos) nos colegiados consultivos e deliberativos da Instituição

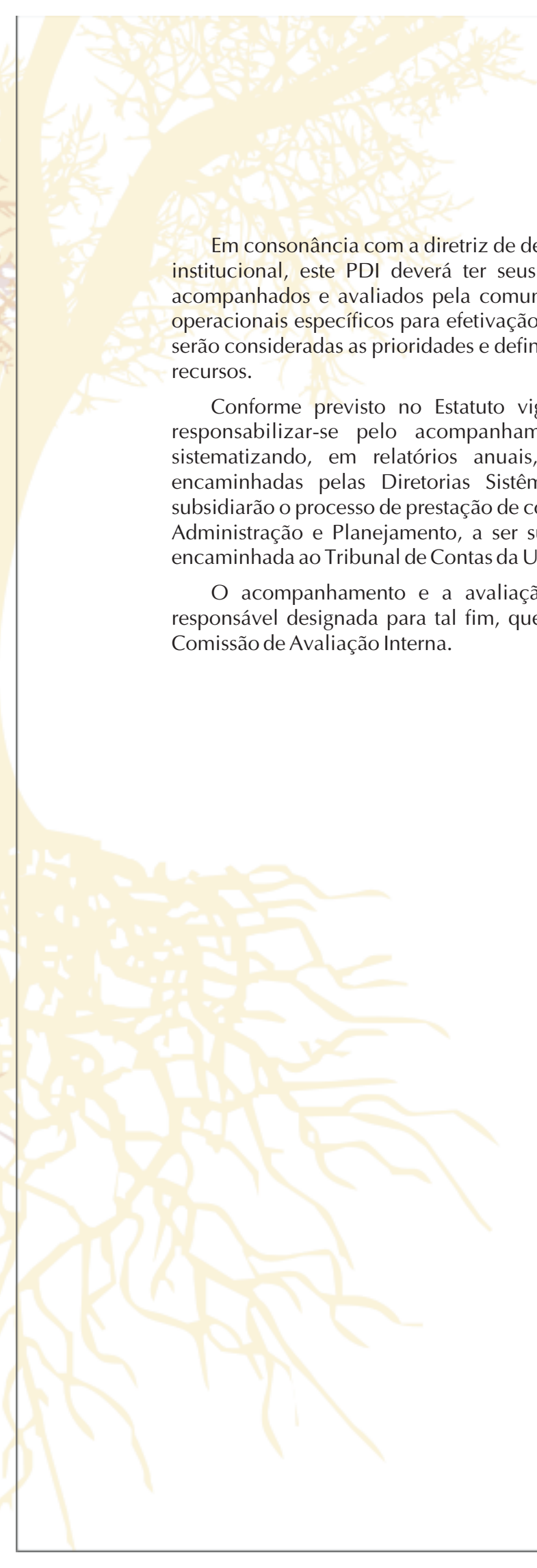
Comprometer os gestores na definição e consecução dos objetivos institucionais	<ul style="list-style-type: none"> · Promover encontros sistemáticos de equipes dirigentes · Viabilizar oportunidades de capacitação interna e externa de gestores acadêmicos e administrativos · Disseminar a cultura de elaboração, acompanhamento e avaliação do POA nos diferentes órgãos da estrutura acadêmica e administrativa das Unidades de Ensino e do Sistema · Estabelecer cooperativamente, com a participação dos usuários, sistemas de controle e avaliação de resultados por setor acadêmico e administrativo · Responder a demandas de sistemas gerenciais de controle externo · Elaborar e encaminhar, anualmente, à Direção-Geral relatório de gestão na área de sua competência e atribuições
Objetivo 2. Desenvolver a capacidade institucional de captar e aplicar os recursos orçamentários	
Estratégias	Ações
Ampliar a captação de recursos para o desenvolvimento de projetos nas áreas educacional, tecnológica, social e cultural	<ul style="list-style-type: none"> · Viabilizar a captação de recursos junto a agências de fomento, fundos públicos e outras instâncias financiadoras, observadas as formalidades legais · Apoiar a comunidade interna na elaboração de projetos a serem desenvolvidos mediante financiamento externo · Criar um Banco de Projetos passíveis de financiamento · Adotar mecanismos de suporte às ações dos coordenadores de projetos e convênios · Estabelecer convênios com financiamento externo mediante atuação de Fundações de Apoio devidamente credenciadas pelo MEC e pelo MCT
Descentralizar a aplicação dos recursos	<ul style="list-style-type: none"> · Comprometer as unidades acadêmicas e administrativas na elaboração e execução orçamentária por Centros de Custo · Disponibilizar as informações do sistema de custo em rede interna · Racionalizar e integrar as rotinas operacionais
Garantir transparência na execução do orçamento	<ul style="list-style-type: none"> · Prestar contas da origem e aplicação dos recursos orçamentários institucionais aos órgãos e/ou Conselhos competentes, conforme demandas e padrões definidos pelos órgãos de controle externo
Objetivo 3. Ampliar as atividades de cooperação internacional	
Estratégias	Ações
Fortalecer a estrutura de gestão da cooperação internacional	<ul style="list-style-type: none"> · Identificar demandas e ofertas de cooperação internacional nas atividades de ensino, pesquisa e extensão

	<ul style="list-style-type: none"> · Disponibilizar informações a respeito de financiamento para atividades de intercâmbio docente e discente · Viabilizar condições operacionais de realização de convênios na área internacional · Aperfeiçoar os mecanismos de apoio aos docentes e discentes em intercâmbio
Objetivo 4. Fortalecer e aperfeiçoar o processo de avaliação na Instituição	
Estratégias	Ações
Estimular a participação da comunidade acadêmica em estudos de avaliação interna e dar visibilidade aos processos avaliativos externos demandados à Instituição	<ul style="list-style-type: none"> · Desenvolver estudos de perfil socioeconômico dos candidatos inscritos e aprovados nos processos seletivos dos diferentes cursos da Instituição · Desenvolver estudos de acompanhamento de egressos dos cursos · Desenvolver estudos de evasão e repetência · Participar do ENEM · Participar do ENADE – Exame Nacional do Desempenho de Estudantes, quando indicado · Adotar as orientações do SINAES em benefício dos resultados e desempenho global das atividades acadêmicas de ensino superior · Receber as Comissões Externas de Avaliação de Cursos em todos os níveis e modalidades · Apoiar a CPA na execução do Projeto de Avaliação Interna
Consolidar a atuação da Pesquisa Institucional como subsidiadora do processo de avaliação em todas as Unidades de Ensino	<ul style="list-style-type: none"> · Manter, em cada Unidade de Ensino, representante responsável pela sistematização de dados acadêmicos referentes aos cursos · Atualizar, permanentemente, as informações demandadas em sistemas de gestão acadêmica utilizados pelos órgãos de controle externo · Desenvolver estudos avaliativos a partir de dados sistematizados e aplicação de instrumentos específicos

Metas	2010	2011	2012	2013	2014
1. Acompanhar e avaliar a implementação das metas estabelecidas no PDI					
2. Fomentar relações de parceria benéficas ao desenvolvimento de projetos institucionais					
3. Expandir a celebração de convênios com instituições de ensino e pesquisa em âmbito internacional					
4. Consolidar a avaliação como atividade permanente na Instituição					



Implantação, Acompanhamento e Avaliação do Plano

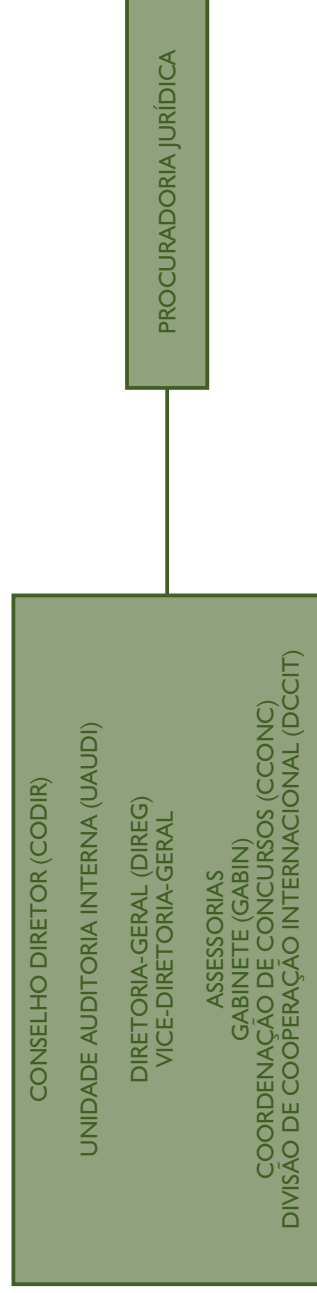


Em consonância com a diretriz de democratização do planejamento, gestão e avaliação institucional, este PDI deverá ter seus objetivos, estratégias e ações permanentemente acompanhados e avaliados pela comunidade do Centro, ensejando planos plurianuais e operacionais específicos para efetivação das metas estabelecidas. Nos planos operacionais serão consideradas as prioridades e definida a programação associada à disponibilização de recursos.

Conforme previsto no Estatuto vigente, caberá à Diretoria de Gestão Estratégica responsabilizar-se pelo acompanhamento e avaliação da execução dos planos, sistematizando, em relatórios anuais, as informações de desempenho institucional encaminhadas pelas Diretorias Sistêmicas e Direção das Unidades. Tais relatórios subsidiarão o processo de prestação de contas da gestão, de responsabilidade da Diretoria de Administração e Planejamento, a ser submetida ao Conselho Diretor e, posteriormente, encaminhada ao Tribunal de Contas da União.

O acompanhamento e a avaliação do PDI poderão contar com uma Comissão responsável designada para tal fim, que, necessariamente, deverá interagir com a CPA – Comissão de Avaliação Interna.

Organograma Simplificado



CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO (CEPE)				ÁREA-MEIO			
CONSELHO DE ENSINO (CONEN)		CONSELHO DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO (COPEP)		CONSELHO DE EXTENSÃO (CONEX)		DIRETORIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA (DIGES)	
Diretoria de Ensino (DIREN)		Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação (DJPPG)		Diretoria de Extensão (DIREX)		Diretoria de Administração e Planejamento (DIRAP)	
Departamento de Desenvolvimento Educacional (DEPED)	Departamento de Educação Superior (DEPES)	Departamento de Ensino Médio e Técnico (DEMET)	Departamento de Pesquisa (DEPEQ)	Departamento de Assuntos Comunitários (DEAC)	Departamento de Estudos de Desenvolvimento Institucional (DEEDI)	Departamento de Tecnologia da Informação (DTINF)	Divisão de Comunicação Social
PI BBCE DIPED DIMED	COSAC COGRA COLAE	Conselho de Ensino Médio e Técnico (CONMET)	Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT)	Divisão de Integração Empresarial	Departamento de Administração (DEPAD)	Divisão de Programação Visual	Setor Gráfico
Departamentos Acadêmicos	Coordenações das Disciplinas e de Atividades do Ensino Médio	Departamento de Administração e Registros Acadêmicos (DERAC)	Coordenações de Pesquisa e Estudos Tecnológicos	Divisão de Produção	Departamento de Infra-estrutura (DEIES)		
Coordenações dos Cursos Superiores de Tecnologia	Coordenações dos Cursos Técnicos e dos Laboratórios de Cursos Técnicos		Coordenações de Pós-Graduação <i>Stricto Sensu</i>		Gerência de Gestão Contábil e Financeira (GECOFI)		
			Coordenações dos Programas de Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i>				
			COLAT				

DIRETORIA DA UNIDADE DE ENSINO

ÁREA-MEIO				GERÊNCIA ADMINISTRATIVA			
GERÊNCIA ACADÊMICA				GERÊNCIA ADMINISTRATIVA			
Departamentos Acadêmicos		Coordenações de Ensino Médio		Divisão de Administração Acadêmica		Divisão Administrativa	
Coordenações dos Cursos Técnicos		Coordenações dos Cursos Técnicos		Divisão de Infraestrutura			

Descrição da estrutura (siglas e hierarquização)

ÓRGÃOS COLEGIADOS

I	CODIR	Conselho Diretor Secretaria do Conselho Diretor
II	CEPE	Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão
II.1	CONEN	Conselho de Ensino
II.1.1	CONDEP	Conselho Departamental
II.1.2	CONDMET	Conselho de Ensino Médio e Técnico
II.2	COPEP	Conselho de Pesquisa e Pós-Graduação
II.3	CONEX	Conselho de Extensão

ÓRGÃO DE CONTROLE

	UAUDI	Unidade de Auditoria Interna Setor de Apoio Logístico de Auditoria
--	--------------	--

DIRETORIA-GERAL

	DIREG	Diretoria-Geral Vice-Diretoria-Geral Assessoria Assessoria
	GABIN	Gabinete Secretaria da Diretoria-Geral
	CCONC	Coordenação de Concursos
	DCCIT	Divisão de Cooperação Internacional

ASSESSORIA ESPECIAL

	PROJU	Procuradoria Jurídica
--	--------------	------------------------------

DIRETORIA DE ENSINO

	DIREN	Diretoria de Ensino Secretaria da Diretoria de Ensino
	BIBCE	Biblioteca Central
	DEPED	Departamento de Desenvolvimento Educacional
	PI	Divisão de Pesquisa Institucional
	DIPED	Divisão de Projetos Educacionais
	SEEAD	Seção de Educação a Distância
	DIMED	Divisão de Mídias Educacionais
	SERED	Seção de Recursos Didáticos
	DEPES	Departamento de Educação Superior
	SEPES	Seção de Apoio à Educação Superior
	COSAC	Coordenadoria de Suporte Acadêmico
	COGRA	Coordenadoria dos Cursos de Graduação
	COLAE	Coordenadoria dos Laboratórios de Ensino Superior
	DEPBG	Departamento Acadêmico de Disciplinas Básicas e Gerais
	DEPEA	Departamento Acadêmico de Administração
	DEPEL	Departamento Acadêmico de Engenharia Elétrica
	DEPMC	Departamento Acadêmico de Engenharia Mecânica
	DEPRO	Departamento Acadêmico de Engenharia de Produção
	DEPEC	Departamento Acadêmico de Engenharia Civil Coordenação do Curso Superior de Tecnologia em Sistemas para Internet Coordenação do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental
	DEMET	Departamento de Ensino Médio e Técnico
	COMED	Coordenação do Ensino Médio
	COGET	Coordenadoria-Geral dos Cursos Técnicos
	COLAM	Coordenadoria-Geral dos Laboratórios de Ensino Médio e Técnico
	DIAPE	Divisão de Apoio Pedagógico
	SEDIS	Seção de Disciplina Escolar

	Coordenadoria de Biologia
	Coordenadoria de Ciências Sociais
	Coordenadoria de Desenho
	Coordenadoria de Educação Artística
	Coordenadoria de Educação Física
	Coordenadoria de Física
	Coordenadoria de Língua Portuguesa e Literatura Brasileira
	Coordenadoria de Matemática
	Coordenadoria de Química
	Coordenadoria da Área de Construção Civil
	Coordenadoria de Automobilística
	Coordenadoria de Eletrônica
	Coordenadoria de Eletrotécnica
	Coordenadoria de Informática
	Coordenadoria de Mecânica
	Coordenadoria de Meteorologia
	Coordenadoria de OTN/Administração
	Coordenadoria de Segurança do Trabalho
	Coordenadoria de Telecomunicações
	Coordenadoria de Turismo e Entretenimento
	Coordenadoria de Língua Estrangeira
	Coordenadoria dos Laboratórios de Área de Construção Civil
	Coordenadoria dos Laboratórios de Eletrônica
	Coordenadoria dos Laboratórios de Eletrotécnica
	Coordenadoria dos Laboratórios de Mecânica
	Coordenadoria dos Laboratórios de Segurança do Trabalho
	Laboratórios de Meio Ambiente
DERAC	Departamento de Administração e Registros Acadêmicos
SEDAC	Seção de Administração Acadêmica
	Setor de Arquivo
SECAD	Setor de Controle Acadêmico de Educação Superior
SEDIN	Setor de Dados e Informações Escolares
SERAC	Seção de Registros Acadêmicos
SEDIC	Setor de Diplomas e Certificação
SERAM	Setor de Registros Acadêmicos de Nível Médio e Técnico
SERAS	Setor de Registros Acadêmicos de Nível Superior

DIRETORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

DIPPG	Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação
DEPEQ	Departamento de Pesquisa
NIT	Núcleo de Inovação Tecnológica
COPET	Coordenadoria de Pesquisa e Estudos Tecnológicos
DEPOG	Departamento de Pós-Graduação (a ser criado)
PPTEC	Programa de Pós-Graduação em Tecnologia
PPECM	Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Matemática
PPEMM	Programa de Pós-Graduação em Engenharia Mecânica e Tecnologia de Materiais
PPEEL	Programa de Pós-Graduação em Engenharia Elétrica
PPCTE	Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Educação
COLAT	Coordenadoria dos Cursos de Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i>

DIRETORIA DE EXTENSÃO

DIREX	Diretoria de Extensão
DIVAD	Divisão de Apoio Administrativo
DEAC	Departamento de Extensão e Assuntos Comunitários
COEXT	Coordenadoria de Atividade de Extensão
COMUM	Coordenadoria de Assuntos Comunitários
DIPRO	Divisão de Produção
COPRE	Coordenadoria de Prestação de Serviços
DIEMP	Divisão de Integração Empresarial
COEMP	Coordenadoria de Estágio e Emprego
	Coordenadoria de Incubadora de Empresas Tecnológicas

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

DIRAP	Diretoria de Administração e Planejamento
DRH	Departamento de Recursos Humanos
DICAD	Divisão de Seleção, Cadastro e Desenvolvimento de Recursos Humanos
DILEN	Divisão de Legislação e Normas
DIPAG	Divisão de Pagamento
DICAB	Divisão de Capacitação e Benefícios
DEPAF	Departamento de Planejamento e Finanças
GECOFI	Gerência de Gestão Contábil e Financeira
DIOFI	Divisão Orçamentária e Financeira
SECOP	Seção de Convênios e Projetos
SECOR	Seção de Orçamento
DEPAD	Departamento de Administração
DIVAD	Divisão Administrativa
SEDOC	Seção de Documentação
DIMAT	Divisão de Material
DILCO	Divisão de Licitações e Compras
SECOM	Seção de Compras
SECON	Seção de Controle
DEIES	Departamento de Infraestrutura
	Gerência de Acompanhamento de Projetos de Arquitetura e Engenharia Civil das Unidades de Expansão
DIAIE	Divisão de Administração e Infraestrutura
DIARE	Divisão de Arquitetura e Engenharia Civil
SEPRO	Seção de Projetos
SEMAF	Serviço de Manutenção e Fiscalização de Obras
DISEP	Divisão de Controle da Segurança Patrimonial
SEGUARD	Seção de Guarda e Zeladoria
SEPORT	Seção de Controle de Portaria
SEAPOL	Seção de Apoio Logístico

DIRETORIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA

DIGES	Diretoria de Gestão Estratégica
DEEDI	Departamento de Estudos de Desenvolvimento Institucional
DIGIN	Divisão de Gestão da Informação
DTINF	Departamento de Tecnologias da Informação e da Comunicação
SEAAD	Secretaria de Apoio Administrativo
	Núcleo de Apoio a Projetos com Recursos de TIC (a ser criado)
DINFO	Divisão de Infraestrutura da Informação
SESRE	Seção de Suporte à Rede
SESUS	Seção de Suporte ao Usuário
DIDMS	Divisão de Desenvolvimento e Manutenção de Sistemas de Apoio
SEDSA	Seção de Desenvolvimento de Sistemas de Apoio
SEMSA	Seção de Manutenção de Sistemas de Apoio
SEDAW	Seção de Desenvolvimento e Apoio Web
DITEL	Divisão de Telecomunicações
SETEL	Seção de Manutenção e Suporte à Rede de Telefonia
	Assessoria de Comunicação Social (a ser criada)
DICOM	Divisão de Comunicação Social
DPROV	Divisão de Programação Visual
SGRAF	Setor Gráfico

UNIDADES DE ENSINO

UnED NOVA IGUAÇU

	Direção da Unidade
	Gerência Acadêmica
	Divisão de Apoio Acadêmico
	Departamento de Disciplinas Básicas
	Departamento Acadêmico de Engenharia Industrial de Controle e Automação
	Departamento Acadêmico de Engenharia de Produção
	Coordenação do Curso de Ensino Médio
	Coordenação do Curso Técnico de Eletromecânica

Coordenação do Curso Técnico de Enfermagem
Coordenação do Curso Técnico de Informática
Coordenação do Curso Técnico de Telecomunicações
Coordenadoria de Pesquisa e Estudos Tecnológicos (a ser criada)
Gerência Administrativa
Divisão Administrativo-Financeira
Divisão de Almoxarifado e Patrimônio
Divisão de Infraestrutura

UnED MARIA DA GRAÇA

Direção da Unidade
Gerência Acadêmica
Divisão de Administração Acadêmica
Coordenação do Curso Técnico de Automobilística
Coordenação do Curso Técnico de Informática Industrial
Coordenação do Curso Técnico de Segurança do Trabalho
Gerência Administrativa
Divisão Administrativa
Divisão de Infraestrutura

UnED PETRÓPOLIS

Direção da Unidade
Gerência Acadêmica
Divisão de Administração Acadêmica
Coordenação do Curso Técnico de Telecomunicações
Coordenação do Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo
Coordenação do Curso de Licenciatura em Física
Coordenadoria de Pesquisa e Estudos Tecnológicos (a ser criada)
Gerência Administrativa
Divisão Administrativa
Divisão de Infraestrutura

UnED NOVA FRIBURGO

Direção da Unidade
Gerência Acadêmica
Divisão de Administração Acadêmica
Coordenação do Curso Técnico de Informática
Coordenação do Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo
Coordenação do Curso de Licenciatura em Física
Coordenadoria de Pesquisa e Estudos Tecnológicos (a ser criada)
Gerência Administrativa
Divisão Administrativa
Divisão de Infraestrutura

UnED ITAGUAÍ (em implantação)

Direção da Unidade
Gerência Acadêmica
Área Administrativa (Responsável)

UnED ANGRA DOS REIS (em implantação)

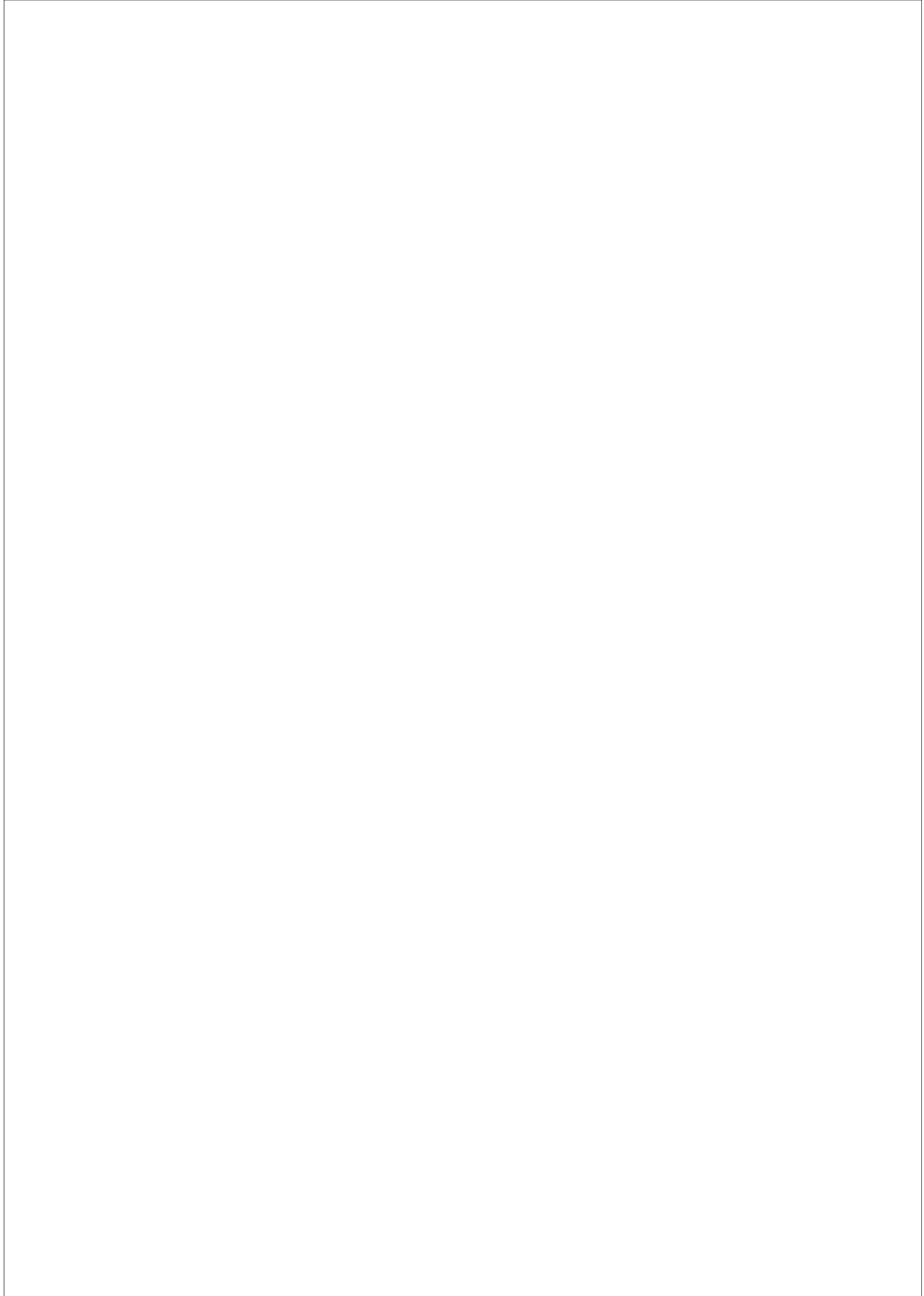
Gerência de Expansão de Angra dos Reis

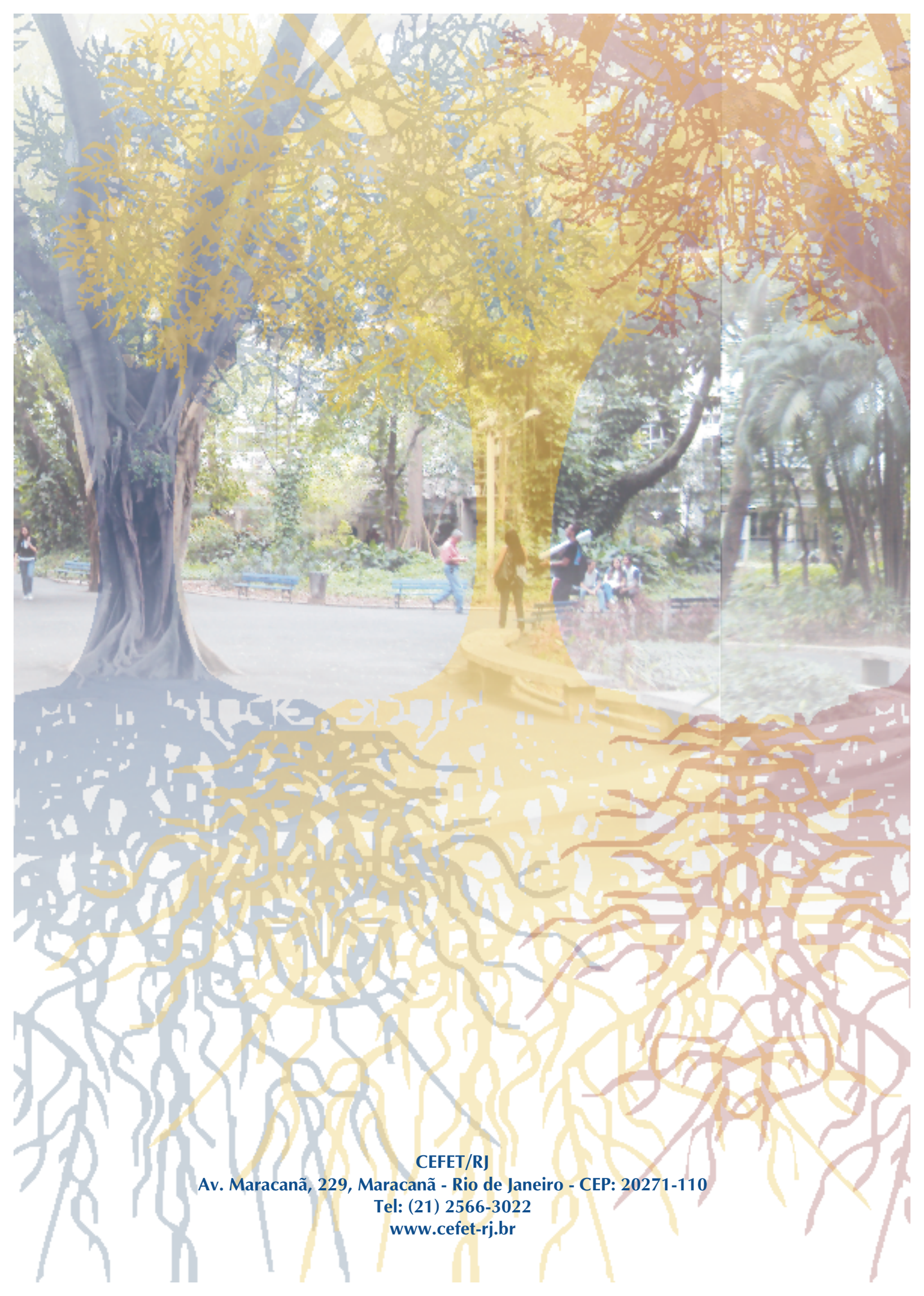
NÚCLEO AVANÇADO DE VALENÇA (em implantação)

Direção do Núcleo (Gestor)
Área Administrativa (Responsável)



PDI Plano de
Desenvolvimento
Institucional





CEFET/RJ

Av. Maracanã, 229, Maracanã - Rio de Janeiro - CEP: 20271-110

Tel: (21) 2566-3022

www.cefet-rj.br